

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	20
---	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	79
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	83
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	85
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	86
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	146.000
Preferenciais	0
Total	146.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.890.726	1.685.994
1.01	Ativo Circulante	466.618	297.020
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	180.789	2.952
1.01.02	Aplicações Financeiras	12.851	25.130
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	12.851	25.130
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	12.851	25.130
1.01.03	Contas a Receber	6.456	5.557
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.456	5.557
1.01.03.02.01	Adiantamento a fornecedores	431	74
1.01.03.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	5.981	5.448
1.01.03.02.03	Outros Créditos	44	35
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.000	3.763
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.000	3.763
1.01.07	Despesas Antecipadas	143	143
1.01.07.01	Despesas de Exercícios Seguintes	143	143
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	261.379	259.475
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	261.379	259.475
1.01.08.01.01	Participações à Comercializar	261.379	259.475
1.02	Ativo Não Circulante	1.424.108	1.388.974
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	61.573	114.924
1.02.01.03	Contas a Receber	133	13
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	133	13
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	61.440	114.911
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	61.440	114.911
1.02.02	Investimentos	1.288.228	1.221.029
1.02.02.01	Participações Societárias	1.288.228	1.221.029
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.288.228	1.221.029
1.02.03	Imobilizado	10.533	8.503
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.533	8.503
1.02.04	Intangível	63.774	44.518
1.02.04.01	Intangíveis	63.774	44.518

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.890.726	1.685.994
2.01	Passivo Circulante	149.051	120.386
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.233	1.059
2.01.01.01	Obrigações Sociais	63	114
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.170	945
2.01.02	Fornecedores	2.356	668
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.356	668
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	80.009	77.877
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	45.804	44.604
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	45.804	44.604
2.01.04.02	Debêntures	34.205	33.273
2.01.04.02.01	Debêntures	34.205	33.273
2.01.05	Outras Obrigações	65.453	40.782
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	40.604	96
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	40.604	96
2.01.05.02	Outros	24.849	40.686
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	31	7.413
2.01.05.02.04	Contratos de Aquisição de Ativos	17.222	30.916
2.01.05.02.05	Outros Débitos	7.596	2.357
2.02	Passivo Não Circulante	362.234	194.789
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	351.734	194.771
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	18.982	13.328
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	18.982	13.328
2.02.01.02	Debêntures	332.752	181.443
2.02.01.02.01	Debêntures	332.752	181.443
2.02.02	Outras Obrigações	10.500	0
2.02.02.02	Outros	10.500	0
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	10.500	0
2.02.04	Provisões	0	18
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	18
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	18
2.03	Patrimônio Líquido	1.379.441	1.370.819
2.03.01	Capital Social Realizado	512.979	512.979
2.03.02	Reservas de Capital	4.236	3.380
2.03.04	Reservas de Lucros	121.121	78.844
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	741.105	775.616

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	9.182	27.245	1.657	16.699
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.896	-14.147	-4.792	-10.078
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-2.056	-5.023	-1.539	-3.458
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-2.203	-4.359	-1.517	-2.816
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-1.910	-3.312	-985	-2.333
3.04.02.04	Depreciação do Imobilizado	-118	-231	-151	-272
3.04.02.05	Amortização do Intangível	-609	-1.222	-600	-1.199
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	79	186	-911	0
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	79	186	-911	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	-786
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	-786
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	15.999	41.206	7.360	27.563
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	15.999	41.206	7.360	27.563
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.182	27.245	1.657	16.699
3.06	Resultado Financeiro	-9.983	-19.562	-6.610	-10.953
3.06.01	Receitas Financeiras	1.182	2.354	181	2.761
3.06.01.01	Receitas Financeiras	1.182	2.354	181	2.761
3.06.02	Despesas Financeiras	-11.165	-21.916	-6.791	-13.714
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-11.165	-21.916	-6.791	-13.714
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-801	7.683	-4.953	5.746
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-801	7.683	-4.953	5.746
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-801	7.683	-4.953	5.746
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-17.808	-34.511	-15.827	-30.825
4.03	Resultado Abrangente do Período	-17.808	-34.511	-15.827	-30.825

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	7.960	183
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-19.764	-12.539
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	7.683	5.746
6.01.01.04	Depreciação do Imobilizado	231	272
6.01.01.05	Amortização do Intangível	26	1.199
6.01.01.06	Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	1.170	16
6.01.01.07	Amortização do Ágio Sobre Investimentos	1.196	0
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	16.531	12.051
6.01.01.09	Variações Monetárias de Contratos com Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-6.251	-5.196
6.01.01.11	Pagamento Baseado em Ações	856	936
6.01.01.12	Resultado de Equivalência Patrimonial	-41.206	-27.563
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	27.724	12.722
6.01.02.02	Contas a Receber Empresas Ligadas, Operações Comerciais	-533	0
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-1.237	-267
6.01.02.04	Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber	11.830	9.349
6.01.02.05	Fornecedores	1.688	1.246
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	225	216
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-69	-73
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	15.820	2.251
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-51.841	34.212
6.02.01	Investimentos em Controladas e Coligadas	-105.922	-18.621
6.02.04	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Recebidos	77.990	53.307
6.02.05	Aquisição de Bens do Imobilizado	-2.261	-43
6.02.06	Baixa de Investimentos	0	2.410
6.02.07	Adições ao Ativo Intangível	-21.648	-2.841
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	221.718	-13.833
6.03.01	Integralização de Capital em Dinheiro	0	7.979
6.03.02	Ágio na Emissão de Ações	0	1.194
6.03.04	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-7.382	-8.389
6.03.05	Pagamentos para Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	51.829	-35.547
6.03.06	Recebimentos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	41.020	6.112
6.03.07	Juros Recebidos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	7.893	1.673
6.03.08	Captações Através de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	224.626	80.590
6.03.09	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-62.528	-59.472
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-33.740	-7.973
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	177.837	20.562
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.952	2.475
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	180.789	23.037

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	512.979	3.380	78.844	0	775.616	1.370.819
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	512.979	3.380	78.844	0	775.616	1.370.819
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	856	0	0	0	856
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	856	0	0	0	856
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	42.277	-34.511	7.766
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.683	0	7.683
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	34.511	-34.511	0
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	21.882	-21.882	0
5.05.02.07	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	12.629	-12.629	0
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	83	0	83
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	83	0	83
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	42.277	-42.277	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	42.277	-42.277	0	0
5.07	Saldos Finais	512.979	4.236	121.121	0	741.105	1.379.441

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	461.947	43.645	10.135	0	837.608	1.353.335
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	461.947	43.645	10.135	0	837.608	1.353.335
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	936	36.571	-36.571	0	936
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	936	0	0	0	936
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	36.571	-36.571	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	36.571	-30.825	5.746
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.746	0	5.746
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	30.825	-30.825	0
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	20.029	-20.029	0
5.05.02.07	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	10.796	-10.796	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	51.032	-41.859	0	0	0	9.173
5.06.04	Aumento de Capital - AFAC	51.032	-52.226	0	0	0	-1.194
5.06.05	Adiantamento Futuro Aumento de Capital	0	9.173	0	0	0	9.173
5.06.06	Agio na Subscrição de Ações	0	1.194	0	0	0	1.194
5.07	Saldos Finais	512.979	2.722	46.706	0	806.783	1.369.190

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	34.697	31.189
7.01.02	Outras Receitas	34.697	31.189
7.01.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	34.511	30.825
7.01.02.02	Outras receitas	186	364
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.918	-3.014
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.918	-3.014
7.03	Valor Adicionado Bruto	29.779	28.175
7.04	Retenções	-1.453	-1.471
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.453	-1.471
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	28.326	26.704
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	43.560	30.324
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	41.206	27.563
7.06.02	Receitas Financeiras	2.354	2.761
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	71.886	57.028
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	71.886	57.028
7.08.01	Pessoal	6.963	4.079
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.552	3.644
7.08.01.02	Benefícios	287	325
7.08.01.03	F.G.T.S.	124	110
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	838	731
7.08.02.01	Federais	810	710
7.08.02.02	Estaduais	3	3
7.08.02.03	Municipais	25	18
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	21.891	15.647
7.08.03.01	Juros	21.741	15.529
7.08.03.02	Aluguéis	150	118
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.683	5.746
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.683	5.746
7.08.05	Outros	34.511	30.825
7.08.05.01	Compensação de Prejuízos com a Parcela da Reserva de Reavaliação Realizada	34.511	30.825

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	3.270.183	3.015.614
1.01	Ativo Circulante	330.531	166.174
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	221.293	60.689
1.01.02	Aplicações Financeiras	47.727	39.327
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	47.727	39.327
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	47.727	39.327
1.01.03	Contas a Receber	51.272	54.721
1.01.03.01	Clientes	30.597	27.969
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.675	26.752
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	16.647	14.017
1.01.03.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	309	26
1.01.03.02.03	Outros Créditos	3.719	8.988
1.01.03.02.04	Indenizações de Seguro a Receber	0	3.721
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.486	5.879
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.486	5.879
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.753	5.558
1.01.07.01	Despesas de Exercícios Seguintes	2.753	5.558
1.02	Ativo Não Circulante	2.939.652	2.849.440
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	704.116	713.552
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	678.804	696.578
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	75	3.527
1.02.01.01.04	Depósitos Judiciais	996	1.183
1.02.01.01.05	Impostos a Recuperar	1.793	877
1.02.01.01.06	Outros Créditos	29	30
1.02.01.01.07	Ativos de Operações Descontinuadas	675.911	690.961
1.02.01.06	Tributos Diferidos	25.312	16.974
1.02.01.06.02	Créditos Tributários Diferidos	25.312	16.974
1.02.02	Investimentos	28	21
1.02.02.01	Participações Societárias	28	21
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	28	21
1.02.03	Imobilizado	1.017.646	992.380
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.017.646	992.380
1.02.04	Intangível	1.217.862	1.143.487
1.02.04.01	Intangíveis	1.217.862	1.143.487

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	3.270.183	3.015.614
2.01	Passivo Circulante	358.756	305.277
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	26.750	21.535
2.01.01.01	Obrigações Sociais	13.108	12.352
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	13.642	9.183
2.01.02	Fornecedores	32.872	38.628
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	32.872	38.628
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	253.497	179.933
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	193.433	137.551
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	193.433	137.551
2.01.04.02	Debêntures	60.064	42.382
2.01.05	Outras Obrigações	41.215	59.445
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.496	3.954
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.496	3.954
2.01.05.02	Outros	39.719	55.491
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.019	7.413
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	4.225	11.944
2.01.05.02.05	Contratos de Aquisição de Ativos	17.222	30.916
2.01.05.02.06	Outros Débitos	10.253	5.218
2.01.06	Provisões	4.422	5.736
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.422	5.736
2.01.06.01.05	Provisão para Manutenção	4.422	5.736
2.02	Passivo Não Circulante	1.499.256	1.302.822
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	658.086	448.754
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	194.939	244.502
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	194.939	244.502
2.02.01.02	Debêntures	463.147	204.252
2.02.02	Outras Obrigações	430.687	437.752
2.02.02.02	Outros	430.687	437.752
2.02.02.02.03	Receitas Diferidas, Líquidas	4.081	4.644
2.02.02.02.05	Outros Débitos	12.074	1.622
2.02.02.02.06	Passivos de Operações Descontinuadas	414.532	431.486
2.02.03	Tributos Diferidos	382.252	391.015
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	382.252	391.015
2.02.04	Provisões	28.231	25.301
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	28.231	25.301
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	5.416	6.245
2.02.04.01.05	Provisão para Manutenção	21.987	18.041
2.02.04.01.06	Provisão para Demandas Judiciais e Administrativas	828	1.015
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.412.171	1.407.515
2.03.01	Capital Social Realizado	512.979	512.979
2.03.02	Reservas de Capital	4.236	3.380
2.03.02.07	Reservas de Capital	4.236	3.380
2.03.04	Reservas de Lucros	121.121	78.463
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	741.105	775.616
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	32.730	37.077

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	141.483	308.849	124.511	252.808
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-91.162	-194.804	-82.568	-157.787
3.02.01	Operação, Manutenção e Conservação de Rodovias	-17.503	-34.133	-13.146	-25.396
3.02.02	Custo de Construção	-5.469	-34.005	-12.844	-27.103
3.02.03	Operação Portuária	-16.418	-28.159	-9.428	-13.810
3.02.04	Operação de Cabotagem	-1.262	-1.262	0	0
3.02.05	Custo com Pessoal	-12.168	-21.605	-9.109	-18.305
3.02.06	Depreciação do Imobilizado	-9.570	-19.091	-11.838	-21.346
3.02.07	Amortização do Intangível	-26.171	-50.922	-23.006	-45.485
3.02.08	Remuneração do poder Concedente	-2.601	-5.627	-3.197	-6.342
3.03	Resultado Bruto	50.321	114.045	41.943	95.021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-36.200	-62.909	-21.734	-37.885
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-36.250	-63.757	-20.339	-39.759
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-18.734	-31.672	-8.393	-18.081
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-3.769	-7.772	-3.184	-5.564
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-10.071	-17.988	-5.884	-11.032
3.04.02.04	Depreciação do Imobilizado	-2.469	-4.204	-1.767	-3.214
3.04.02.05	Amortização de Ágio sobre Investimentos	-1.207	-2.121	-1.111	-1.868
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	50	848	0	1.874
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	50	848	0	1.874
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-1.395	0
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	0	0	-1.395	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.121	51.136	20.209	57.136
3.06	Resultado Financeiro	-23.003	-47.391	-20.806	-44.603
3.06.01	Receitas Financeiras	5.282	8.935	-204	-2.157
3.06.01.01	Receitas Financeiras	1.910	3.600	1.181	2.076
3.06.01.02	Variação Cambial Passiva	3.372	5.335	-1.385	-4.233
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.285	-56.326	-20.602	-42.446

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-28.285	-56.326	-20.602	-42.446
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-8.882	3.745	-597	12.533
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	4.877	-2.051	-3.261	-5.906
3.08.01	Corrente	-8.702	-20.044	-8.177	-16.238
3.08.02	Diferido	13.579	17.993	4.916	10.332
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-4.005	1.694	-3.858	6.627
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	1.318	1.917	-3.983	-1.011
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-2.687	3.611	-7.841	5.616
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-333	8.252	-7.259	6.464
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-2.354	-4.641	-582	-848
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-17.808	-34.511	-15.827	-30.825
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-17.808	-34.511	-15.827	-30.825
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-17.808	-34.511	-15.827	-30.825

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	120.871	109.375
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	114.248	108.527
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	8.252	6.464
6.01.01.02	Provisão de Devedores Duvidosos	14	0
6.01.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-17.993	-10.332
6.01.01.04	Depreciação do Imobilizado	23.295	24.560
6.01.01.05	Amortização do Intangível	53.043	47.353
6.01.01.06	Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	12.634	14.757
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	41.455	35.869
6.01.01.10	Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	-187	-10.327
6.01.01.11	Pagamento Baseado em Ações	856	936
6.01.01.12	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.917	683
6.01.01.13	Apropriação de Receitas Diferidas, Líquidas	-563	-588
6.01.01.14	Participação de Acionistas não Controladores	-4.641	-848
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.623	848
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-2.642	-3.657
6.01.02.02	Contas a Receber Empresas Ligadas, Operações Comerciais	-270	-12.028
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-2.523	-376
6.01.02.04	Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber	-3.933	19.595
6.01.02.05	Fornecedores	-5.756	-12.504
6.01.02.06	Contas a Pagar Empresas Ligadas, Operações Comerciais	-2.458	32
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.459	3.214
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	8.401	42.688
6.01.02.09	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	20.044	-16.238
6.01.02.10	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-19.288	-30.149
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	10.589	10.271
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-180.632	-72.686
6.02.02	Aquisição de Investimento	-7	-339
6.02.04	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Recebidos	7.988	0
6.02.05	Aquisição de Bens do Imobilizado	-49.795	-56.633
6.02.07	Adições ao Ativo Intangível	-138.818	-15.714
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	220.365	-11.299
6.03.01	Integralização de Capital em Dinheiro	0	7.979
6.03.02	Ágio na Emissão de Ações	0	1.194
6.03.04	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-7.382	0
6.03.08	Captações Através de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	428.479	121.398
6.03.09	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-151.051	-125.818
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-49.681	-16.052
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	160.604	25.390
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	60.689	17.959

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	221.293	43.349

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	512.979	3.380	78.463	0	775.616	1.370.438	37.077	1.407.515
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	512.979	3.380	78.463	0	775.616	1.370.438	37.077	1.407.515
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	856	0	0	0	856	0	856
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	856	0	0	0	856	0	856
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	42.658	-34.511	8.147	-4.347	3.800
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.252	0	8.252	-4.641	3.611
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	34.406	-34.511	-105	294	189
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	-105	0	-105	294	189
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	21.882	-21.882	0	0	0
5.05.02.07	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	12.629	-12.629	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	42.658	-42.658	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	42.658	-42.658	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	512.979	4.236	121.121	0	741.105	1.379.441	32.730	1.412.171

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	461.947	43.645	8.227	0	837.608	1.351.427	0	1.351.427
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	461.947	43.645	8.227	0	837.608	1.351.427	0	1.351.427
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	936	37.289	-37.289	0	936	0	936
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	936	0	0	0	936	0	936
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	37.289	-37.289	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.289	-30.825	6.464	0	6.464
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.464	0	6.464	0	6.464
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	30.825	-30.825	0	0	0
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	20.029	-20.029	0	0	0
5.05.02.07	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	10.796	-10.796	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	51.032	-41.859	0	0	0	9.173	0	9.173
5.06.04	Aumento de Capital - AFAC	51.032	-52.226	0	0	0	-1.194	0	-1.194
5.06.05	Adiantamento Futuro Aumento de Capital	0	9.173	0	0	0	9.173	0	9.173
5.06.06	Agio na Subscrição de Ações	0	1.194	0	0	0	1.194	0	1.194
5.07	Saldos Finais	512.979	2.722	45.516	0	806.783	1.368.000	0	1.368.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	370.791	312.144
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	299.941	249.012
7.01.02	Outras Receitas	70.850	63.132
7.01.02.01	Receitas de Construção	34.005	27.103
7.01.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	34.511	30.825
7.01.02.03	Outras Receitas	2.320	5.204
7.01.02.04	Provisão Para Devedores Duvidosos	14	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-107.494	-108.558
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-49.739	-42.870
7.02.04	Outros	-57.755	-65.688
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-23.629	-37.746
7.02.04.02	Custos de Construção	-34.005	-27.103
7.02.04.03	Outros Custos Operacionais	-121	-839
7.03	Valor Adicionado Bruto	263.297	203.586
7.04	Retenções	-76.338	-71.913
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-76.338	-71.913
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	186.959	131.673
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.600	2.076
7.06.02	Receitas Financeiras	3.600	2.076
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	190.559	133.749
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	190.559	133.749
7.08.01	Pessoal	40.989	31.714
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.870	25.877
7.08.01.02	Benefícios	5.975	3.797
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.656	1.704
7.08.01.04	Outros	488	336
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	61.396	47.281
7.08.02.01	Federais	47.327	34.547
7.08.02.02	Estaduais	574	750
7.08.02.03	Municipais	13.495	11.984
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	51.969	17.628
7.08.03.01	Juros	42.873	15.904
7.08.03.02	Aluguéis	4.500	749
7.08.03.03	Outras	4.596	975
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-223	7.312
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-4.864	6.464
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	4.641	848
7.08.05	Outros	36.428	29.814
7.08.05.01	Compensação de Prejuízos com a Parcela da Reserva de Reavaliação Realizada	34.511	30.825
7.08.05.02	Lucros (Prejuízo) de Operações Descontinuadas	1.917	-1.011

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO FINANCEIRO

As informações desta seção são apresentadas na proporção da participação da Triunfo em cada controlada, exceto quando informado, e incluem o desempenho da controlada Rio Verde.

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (+25,9%)

Nossa receita operacional bruta consolidada no 2T11 foi de R\$178.894, um aumento de 25,9% quando comparado com o 2T10.

	2T11	2T10	Δ	1S11	1S10	Δ
Receita Operacional Bruta (ROB)	178.894	142.076	25,9%	384.540	288.334	33,4%
• Arrecadação de pedágio	104.561	90.107	16,0%	218.826	189.908	15,2%
• Construção de ativos das concessões de rodovia	5.469	12.844	-57,4%	34.005	27.103	25,5%
• Operação portuária	41.726	31.104	34,1%	79.348	56.729	39,9%
• Operação de cabotagem	1.767	-	-	1.767	-	-
• Geração e venda de energia	24.250	6.399	279,0%	48.274	12.219	295,1%
• Outras receitas	1.121	1.622	-30,9%	2.320	2.375	-2,3%

O crescimento da receita bruta deve-se (i) ao aumento de 5,2% na tarifa média efetiva e de 9,9% no tráfego; (ii) ao aumento de 120,3% na receita da Iceport ocasionado principalmente pelo acréscimo das importações devido a valorização do real; (iii) receita proveniente da controlada Rio Verde com a entrada em operação da UHE Salto em maio de 2010; e (iv) início da operação de cabotagem.

As outras receitas são representadas por receitas acessórias das concessionárias de rodovia como aluguel da faixa de domínio, painéis publicitários, torres de transmissão e demais receitas autorizadas pelo poder concedente.

Para o IFRS, foi reconhecida a receita de construção sobre a realização de obras de melhoria na infraestrutura da rodovia.

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA (+40,7%)

As deduções da receita operacional bruta consolidada no 2T11 totalizaram R\$16.121, um aumento de 40,7% quando comparadas com o mesmo período do ano anterior.

	2T11	2T10	Δ	1S11	1S10	Δ
Deduções da Receita Bruta	(16.121)	(11.458)	40,7%	(32.209)	(23.811)	35,3%
Receita Operacional Líquida (ROL)	162.773	130.618	24,6%	352.331	264.523	33,2%

A variação no período, superior à variação da receita bruta, deve-se principalmente à mudança no regime de tributação do Pis e Cofins, na controlada Rio Verde, do cumulativo (3,65%) para o não cumulativo (9,25%) em 2011, resultando em um aumento de R\$2.492 no trimestre. Caso não houvesse esse impacto, a variação das deduções da receita bruta seria de 18,9% na comparação dos trimestres e corresponderiam a 7,6% de receita bruta.

CUSTOS OPERACIONAIS (+17,5%)

Os principais itens que compõem os custos operacionais da Triunfo são: os gastos de operação e manutenção das rodovias, a depreciação das obras de melhoria e ampliação realizadas nas rodovias e nas instalações portuárias, gastos com a operação de cabotagem e na geração e venda de energia e os gastos com pessoal nas operações rodoviária, portuária, de energia e de cabotagem.

Apresentamos na tabela abaixo os custos operacionais sem os valores de depreciação, pois esta conta não impacta diretamente o fluxo de caixa da empresa.

	2T11	2T10	Δ	1S11	1S10	Δ
Custos Operacionais	(60.365)	(51.372)	17,5%	(135.477)	(97.458)	39,0%
• Operação e manutenção das rodovias	(17.503)	(13.146)	33,1%	(34.133)	(25.396)	34,4%
• Custo de construção	(5.469)	(12.844)	-57,4%	(34.005)	(27.103)	25,5%
• Operação portuária	(16.418)	(9.428)	74,1%	(28.159)	(13.810)	103,9%
• Operação de cabotagem	(1.262)	-	-	(1.262)	-	-
• Geração e venda de energia	(1.392)	(1.179)	18,1%	(4.095)	(4.033)	1,5%
• Custo com pessoal das rodovias	(6.166)	(5.274)	16,9%	(11.230)	(10.489)	7,1%
• Custo com pessoal portuário	(4.901)	(3.835)	27,8%	(9.274)	(7.816)	18,7%
• Custo com pessoal de cabotagem	(1.101)	-	-	(1.101)	-	-
• Custo com pessoal de energia	(237)	(245)	-3,3%	(405)	(245)	65,3%
• Obrigações da concessão	(5.916)	(5.421)	9,1%	(11.813)	(8.566)	37,9%

Os custos de operação e manutenção das rodovias aumentaram R\$4.357 na comparação dos trimestres devido principalmente aos acordos firmados, em 2010, entre as concessionárias e o poder concedente para o Plano de recuperação da rodovia.

Os custos de operação portuária aumentaram R\$6.990 na comparação dos trimestres. Essa variação deve-se principalmente ao aumento na operação de *trading* da Iceport, que isoladamente corresponde a R\$6.516 da variação.

Os custos com geração e venda de energia sofreram um acréscimo de 18,1% no trimestre devido à entrada em operação da segunda turbina.

Os custos com pessoal das rodovias variaram positivamente em 16,9% decorrente do aumento em 9,1% no quadro de funcionários (1.284 funcionários em 2011 contra 1.177 em 2010) e pelo dissídio e reajustes salariais ocorridos no trimestre.

A operação portuária apresentou um aumento dos custos com pessoal, decorrente do pagamento em 2011 do PLR sobre o exercício de 2010, no montante de R\$524. Excluindo esse efeito, a variação corresponde a um aumento de 14%, reflexo de 7% do aumento no quadro de funcionários (781 funcionários em 2011 contra 730 em 2010) e pelo dissídio e reajustes salariais ocorridos no trimestre.

Incluindo a depreciação e a amortização no 2T11, os custos operacionais totalizaram R\$101.716, um aumento de 15,4% quando comparados ao valor de R\$88.127 do 2T10.

Para o IFRS, foi reconhecido o custo de construção decorrente da realização de obras de melhoria na infraestrutura da rodovia, bem como a provisão para manutenção da mesma em um nível específico de operacionalidade.

DESPESAS OPERACIONAIS (+59,9%)

As despesas operacionais são representadas pelas despesas com instalações e serviços administrativos e de consultoria, pelas despesas com pessoal, que incluem a remuneração da administração e do pessoal de apoio, pela depreciação de itens alocados no departamento administrativo, pelo ágio e pelo resultado da alienação de itens do permanente e dos saldos contábeis dos itens baixados do ativo fixo.

Apresentamos na tabela abaixo as despesas operacionais sem os valores de depreciação e amortização, por não impactarem diretamente o caixa da Companhia.

	2T11	2T10	Δ	1S11	1S10	Δ
Despesas Operacionais	(33.568)	(20.998)	59,9%	(58.549)	(35.493)	65,0%
• Despesas gerais e administrativas	(19.188)	(10.811)	77,5%	(32.520)	(18.759)	73,4%
• Remuneração dos administradores	(4.617)	(3.442)	34,1%	(8.722)	(5.822)	49,8%
• Despesas com pessoal das rodovias	(4.388)	(3.866)	13,5%	(8.112)	(6.757)	20,1%
• Despesas com pessoal portuário	(1.670)	(792)	110,9%	(2.763)	(1.646)	67,9%
• Despesas com pessoal de cabotagem	(1.952)	(241)	710,0%	(3.569)	(296)	1105,7%
• Despesas com pessoal de energia	(506)	(507)	-0,2%	(842)	(696)	21,0%
• Despesas com pessoal controladora	(1.209)	(985)	22,7%	(2.612)	(2.333)	12,0%
• Outras receitas (despesas) administrativas	(38)	(354)	-89,3%	591	816	-27,6%

As despesas gerais e administrativas foram 77,5% maiores no 2T11 na comparação com o 2T10 decorrente principalmente do aumento dos gastos com cabotagem: despesas com leasing e manutenção de contêineres e armazenagem/handling no montante de R\$6.486; serviços de consultoria em apoio e transporte marítimo, entre outros, no montante de R\$497 e gastos com representação no montante de R\$214.

O aumento na remuneração dos administradores é decorrente do reajuste anual de 6% ocorrido em janeiro e da provisão da gratificação de 2011, que em 2010 foi reconhecida integralmente no 4T10.

A operação portuária apresentou um aumento das despesas com pessoal, decorrente do pagamento em 2011 do PLR sobre o exercício de 2010, no montante de R\$766. Excluindo esse efeito, a variação corresponde a um aumento de 14%, reflexo de 7% do aumento no quadro de funcionários (781 funcionários em 2011 contra 730 em 2010) e pelo dissídio e reajustes salariais ocorridos no trimestre.

As despesas com pessoal de cabotagem aumentaram em razão do início de suas atividades em abril de 2011. Com relação às despesas com pessoal da controladora, o aumento é decorrente do reajuste anual de 6% ocorrido em janeiro e da provisão da gratificação de 2011, que em 2010 foi reconhecida integralmente no 4T10.

Incluindo a depreciação e a amortização, as despesas operacionais consolidadas totalizaram R\$37.281 no 2T11, um aumento de 55,9% quando comparadas aos R\$23.915 do 2T10.

Não há efeitos de IFRS para essa rubrica.

Relató



DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO (+13,6%)

Os montantes de depreciação e amortização, reconhecidos no resultado do 2T11, totalizaram R\$45.064 e representaram um aumento de 13,6% quando comparados com o mesmo período do ano anterior. O aumento na depreciação deve-se, principalmente, ao início da depreciação de novas obras na Concepa e início de operação da Rio Verde.

	2T11	2T10	Δ	1S11	1S10	Δ
Depreciação e Amortização	(45.064)	(39.672)	13,6%	(87.778)	(73.874)	18,8%
• Depreciação do imobilizado	(17.686)	(15.555)	13,7%	(34.735)	(26.521)	31,0%
• Amortização de intangível	(27.378)	(24.117)	13,5%	(53.043)	(47.353)	12,0%

Os impactos do IFRS para essa rubrica consistem no estorno da depreciação por conta da mudança da pratica contábil que considera a curva de tráfego como melhor estimativa para amortização do intangível de ativos de concessões rodoviárias e do aumento de depreciação decorrente da aplicação do custo atribuído (*deemed cost*) para os ativos imobilizados da Portonave e Rio Verde.

RESULTADO FINANCEIRO (+32,4%)

O resultado financeiro do 2T11 foi uma despesa financeira líquida de R\$30.662, um aumento de 32,4% quando comparada com o 2T10. Com a desvalorização da moeda norte americana em 2011, apuramos um ganho de variação cambial no montante de R\$3.372 decorrente da dívida da Portonave junto à GE Capital.

	2T11	2T10	Δ	1S11	1S10	Δ
Resultado Financeiro	(30.662)	(23.164)	32,4%	(63.855)	(47.288)	35,0%
• Receitas financeiras	2.150	1.216	76,8%	4.379	2.116	106,9%
• Despesas financeiras	(36.184)	(22.995)	57,4%	(73.569)	(45.171)	62,9%
• Variação cambial	3.372	(1.385)	-	5.335	(4.233)	-

Eliminando os efeitos da variação cambial, verificamos um resultado financeiro negativo de R\$34.034, um aumento de 56,3% quando comparada ao montante de R\$21.779 do 2T10. Essa variação deve-se principalmente ao aumento do saldo médio da dívida captados através da 2ª e 3ª Emissões de Debêntures da Triunfo, da 2ª Emissão de Debêntures da controlada Econorte e do CCB com o BTG Pactual através da controlada Maestra.

Para o IFRS há o impacto da atualização financeira decorrente do ajuste a valor presente da provisão para manutenção.

IMPOSTOS SOBRE O LUCRO

Os impostos são calculados à alíquota nominal de 34,0% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente no Brasil (Lucro Real) ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta (Lucro Presumido). Dessa forma, o total dos impostos sobre o lucro sofre variações que não necessariamente dependem do resultado antes dos impostos.

	2T11	2T10	Δ	1S11	1S10	Δ
Impostos Sobre Lucro	4.199	(3.253)	-	(3.061)	(4.794)	-36,1%
• Impostos correntes	(10.750)	(8.394)	28,1%	(23.568)	(16.641)	41,6%
• Impostos diferidos	14.949	5.141	190,8%	20.507	11.847	73,1%

Relató



A base de cálculo dos impostos correntes e diferidos são impactadas por ajustes permitidos pela legislação, pela realização da reserva de reavaliação, pela variação cambial dos contratos não liquidados e dos ajustes resultantes da aplicação dos CPCs. O aumento do imposto diferido no trimestre, comparativo com o 2T10, é consequência da variação cambial ativa, da constituição de imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal de cabotagem e dos ajustes decorrentes dos CPCs citados acima.

BASE DE DIVIDENDOS (+56,4%)

Apresentamos no 2T11 um prejuízo líquido de R\$333 em relação ao prejuízo líquido de R\$7.259 no 2T10.

BASE DE DIVIDENDOS

	2T11	2T10	Δ	1S11	1S10	Δ
Lucro/Prejuízo líquido	(333)	(7.259)	-95,4%	8.252	6.464	27,7%
Resultado de investimentos não reconhecidos	(468)	2.306	-	(569)	(718)	-20,8%
Realização da reserva de reavaliação reflexa	11.453	10.429	9,8%	21.882	20.029	9,3%
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	6.355	5.398	17,7%	12.629	10.796	17,0%
Lucro base de dividendos	17.007	10.874	56,4%	42.194	36.571	15,4%

A base de cálculo dos dividendos é ajustada pelo resultado das equivalências patrimoniais não reconhecidos no período em que o patrimônio líquido dos investimentos encontrava-se negativo. No 1S11 a base de dividendos foi de R\$42.194 ante uma base de dividendos de R\$36.571 no 1S10

EBITDA AJUSTADO (+15,9%)¹

O EBITDA consolidado no 2T11 atingiu R\$71.591, um aumento de 15,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA, calculada sobre a receita operacional líquida, foi de 45,5% ante aos 52,1% no 2T10. A redução da margem deve-se ao aumento nos gastos com a operação de cabotagem e de trading da Iceptort descritos nos custos e despesas operacionais.

⁵ O EBITDA corresponde ao lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas, dos encargos de depreciação e amortização, ajustado pelas despesas (receitas) não operacionais. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular EBITDA de maneira diferente da apresentada pela Triunfo. Em razão de não serem considerados para o cálculo do EBITDA as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social e os encargos de depreciação e amortização, do EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Relatório



	2T11	2T10	Δ	1S11	1S10	Δ
Receita operacional líquida (ROL)	162.773	130.618	24,6%	352.331	264.523	33,2%
Lucro líquido (prejuízo) do período	(333)	(7.259)	-95,4%	8.252	6.464	27,7%
Imposto de renda e contribuição social	(4.199)	3.253	-	3.061	4.794	-36,1%
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	30.662	23.164	32,4%	63.855	47.288	35,0%
Despesas (receitas) não recorrentes	(101)	958	-	(98)	961	-
Participação de acionistas não controladores	(2.354)	(582)	304,5%	(4.641)	(848)	447,3%
EBIT	23.675	19.534	21,2%	70.429	58.659	20,1%
Margem EBIT (sobre ROL) ⁶	15,1%	16,5%	-1,4 p.p.	22,1%	24,5%	-2,5 p.p.
Depreciações e amortizações	45.064	39.672	13,6%	87.778	73.874	18,8%
EBITDA	68.739	59.206	16,1%	158.207	132.533	19,4%
Margem EBITDA (sobre ROL) ⁶	43,7%	49,9%	-6,2 p.p.	49,6%	55,4%	-5,8 p.p.
Provisão para manutenção	2.852	2.003	42,4%	3.373	4.004	-15,8%
Descapitalização de despesas	-	559	-	-	1.118	-
EBITDA Ajustado⁷	71.591	61.768	15,9%	161.580	137.655	17,4%
Margem EBITDA Ajustada (Sobre ROL)	45,5%	52,1%	-6,6 p.p.	50,6%	57,6%	-6,9 p.p.

2

No cálculo das margens EBIT e EBITDA, as indenizações de seguros são somadas a receita operacional. No 2T11 não foi reconhecido nenhum montante em relação aos R\$856 do 2T10, e no 1S11 foi reconhecido o montante de R\$717 contra R\$1.713 no 1S10. Adicionalmente, excluímos a receita de construção para o cálculo das margens EBIT e EBITDA no montante de R\$5.469 no 2T11 e R\$34.005 no 1S11 e R\$12.844 no 2T10 e R\$27.103 no 1S10.

EBITDA DO SEGMENTO DE RODOVIAS

	2T11	2T10	Δ	1S11	1S10	Δ
Receita operacional líquida (ROL)	100.496	95.202	5,6%	232.716	199.325	16,8%
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	16.176	11.225	44,1%	43.301	37.000	17,0%
Imposto de renda e contribuição social	3.692	5.815	-36,5%	9.232	6.934	33,1%
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	11.910	9.330	27,7%	24.055	21.896	9,9%
Despesas (receitas) não recorrentes	(205)	(100)	105,0%	(370)	(97)	281,4%
EBIT	31.573	26.270	20,2%	76.218	65.733	16,0%
Margem EBIT (sobre ROL)	33,2%	31,9%	1,3 p.p.	38,4%	38,2%	0,2 p.p.
Depreciações e amortizações	26.994	26.023	3,7%	52.319	48.849	7,1%
EBITDA	58.567	52.293	12,0%	128.537	114.582	12,2%
Margem EBITDA (sobre ROL)	61,6%	63,5%	-1,9 p.p.	64,7%	66,5%	-1,8 p.p.
Provisão para manutenção	2.852	2.003	42,4%	3.373	4.004	-15,8%
EBITDA Ajustado	61.419	54.296	13,1%	131.910	118.586	11,2%
Margem EBITDA Ajustada (Sobre ROL)	64,6%	65,9%	-1,3 p.p.	66,4%	68,9%	-2,5 p.p.

O EBITDA do segmento de rodovias atingiu, no 2T11, R\$61.419, um aumento de 13,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA no segmento de rodovias no 2T11 foi de 64,6%, uma diminuição de 1,3 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior.

² Para o cálculo da margem EBIT e EBITDA ajustamos a receita líquida da Portonave no montante de R\$2.220 no 4T10 e R\$9.039 em 2010, referente as receitas de indenização de seguros como outras receitas operacionais, a fim de evitar distorção do valor

³ EBITDA sem efeitos do IFRS.

Relató



Os efeitos do IFRS são decorrentes das provisões para manutenção registradas nas concessionárias de rodovias.

EBITDA DO SEGMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA

	2T11	2T10	Δ	1S11	1S10	Δ
Receita operacional líquida (ROL)	39.503	29.309	34,8%	74.649	53.483	39,6%
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	5.617	(378)	-	9.428	(5.310)	-
Imposto de renda e contribuição social	(278)	(2.554)	-89,1%	1.110	(1.028)	-208,0%
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(3.135)	4.196	-	(3.269)	10.823	-
Despesas (receitas) não recorrentes	21	-	-	21	-	-
Participação de acionistas não controladores	(48)	(9)	433,3%	(55)	(14)	292,9%
EBIT	2.177	1.255	-73,5%	7.235	4.471	-61,8%
Margem EBIT (sobre ROL)	5,5%	4,2%	1,4 p.p.	9,6%	8,1%	1,5 p.p.
Depreciações e amortizações	11.069	10.944	1,1%	21.874	21.589	1,3%
EBITDA	13.246	12.199	8,6%	29.109	26.060	11,7%
Margem EBITDA (sobre ROL)	33,5%	40,4%	-6,9 p.p.	38,6%	47,2%	-8,6 p.p.

A operação portuária apresentou no 2T11 um EBITDA de R\$13.246 ante R\$12.199 no mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA do segmento portuário no 2T11 foi de 33,5%, uma diminuição de 6,9 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA da operação portuária é impactada pela operação de *trading* da Iceport. A margem EBITDA da Portonave, sem considerar as operações da Iceport, é de 57,5% no 2T11 e de 56,6% no 2T10.

No cálculo das margens EBIT e EBITDA, as indenizações de seguros são somadas a receita operacional. No 2T11 não foi reconhecido nenhum montante em relação aos R\$856 do 2T10, e no 1S11 foi reconhecido o montante de R\$717 contra R\$1.713 no 1S10.

Não há efeito de IFRS para o cálculo do EBITDA no segmento de administração portuária.

EBITDA DO SEGMENTO DE CABOTAGEM

	2T11	2T10	Δ	1S11	1S10	Δ
Receita operacional líquida (ROL)	1.484	-	-	1.484	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(5.674)	(1.798)	215,6%	(11.510)	(2.384)	382,8%
Imposto de renda e contribuição social	(8.291)	-	-	(8.291)	-	-
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	4.188	671	524,1%	6.986	932	649,6%
Despesas (receitas) não recorrentes	(5)	-	-	(5)	-	-
Participação de acionistas não controladores	(2.306)	(573)	302,4%	(4.586)	(834)	449,9%
EBIT	(12.088)	(1.700)	611,1%	(17.406)	(2.286)	661,4%
Margem EBIT (sobre ROL)	-814,6%	-	-	-1172,9%	-	-
Depreciações e amortizações	668	3	-	687	3	22800,0%
EBITDA	(11.420)	(1.697)	573,0%	(16.719)	(2.283)	632,3%
Margem EBITDA (sobre ROL)	-769,5%	-	-	-1126,6%	-	-

A operação de cabotagem teve início em abril de 2011 e apresentou no 2T11 um EBITDA negativo de R\$11.420 ante R\$1.697 no mesmo período do ano anterior.

Relatório

**EBITDA DO SEGMENTO DE ENERGIA**

	2T11	2T10	Δ	1S11	1S10	Δ
Receita operacional líquida (ROL)	21.290	6.107	248,6%	43.482	11.715	271,2%
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.317	(3.983)	-	1.916	(1.011)	-
Imposto de renda e contribuição social	679	(8)	-	1.010	(1.112)	-
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	7.659	2.358	224,8%	16.464	2.685	513,2%
Despesas (receitas) não recorrentes	88	1.058	-91,7%	257	1.058	-75,7%
EBIT	9.743	(575)	-	19.647	1.620	1112,8%
Margem EBIT (sobre ROL)	45,8%	-9,4%	-	45,2%	13,8%	31,4 p.p.
Depreciações e amortizações	5.647	1.950	189,6%	11.440	1.961	483,4%
EBITDA	15.390	1.375	1019,3%	31.087	3.581	768,1%
Margem EBITDA (sobre ROL)	72,3%	22,5%	49,8 p.p.	71,5%	30,6%	40,9 p.p.
Descapitalização de despesas	-	559	-	-	1.118	-
EBITDA Ajustado	15.390	1.934	695,8%	31.087	4.699	561,6%
Margem EBITDA Ajustada (Sobre ROL)	72,3%	31,7%	40,6 p.p.	71,5%	40,1%	31,4 p.p.

Os efeitos de IFRS para o cálculo do EBITDA do segmento de energia são decorrentes da descapitalização de despesas administrativas e custos indiretos registrados no ativo imobilizado.

EBITDA DA CONTROLADORA E OUTROS INVESTIMENTOS

	2T11	2T10	Δ	1S11	1S10	Δ
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(16.452)	(16.308)	0,9%	(32.967)	(22.842)	44,3%
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	10.040	6.609	51,9%	19.619	10.952	79,1%
Resultado de participações	(1.318)	3.983	-	(1.917)	1.011	-
EBIT	(7.730)	(5.716)	35,2%	(15.265)	(10.879)	40,3%
Depreciações e amortizações	686	752	-8,8%	1.458	1.472	-1,0%
EBITDA	(7.044)	(4.964)	41,9%	(13.807)	(9.407)	46,8%

O EBITDA consolidado é ajustado pelos gastos da controladora e desenvolvimento de novos projetos, principalmente na área de energia, que no 2T11 representaram gastos no montante de R\$7.044, um aumento de 41,9% ante aos R\$4.964 no mesmo período do ano anterior.

Não há efeito de IFRS para o cálculo do EBITDA da controladora e outros investimentos.

ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO E DÍVIDA LÍQUIDA

O endividamento financeiro consolidado da Triunfo é composto por empréstimos, financiamentos e debêntures em circulação, cujos montantes contratados ou captados são utilizados, principalmente, para o financiamento das obras nas rodovias previstas nos contratos de concessão e nos investimentos em novos projetos.

Relató

**DÍVIDA BRUTA (ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO)**

TIPO DE FINANCIAMENTO	INDEXADOR	2T11	1T11	Δ
Debêntures (1ª emissão), Triunfo	IGP-M + 12% a.a.	51.488	51.006	0,9%
Debêntures (2ª emissão), Triunfo	CDI + 3% a.a.	140.310	135.308	3,7%
Debêntures (3ª emissão), Triunfo	IPCA + 8,65% a.a.	175.159	-	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB) - Votorantim, Triunfo	CDI + 2,5% a.a.	5.894	14.725	-60,0%
Conta Garantida - Santander, Triunfo	121% do CDI	36.488	11.610	214,3%
FINEP, Triunfo	8% a.a.	22.404	18.745	19,5%
Cédula de Crédito Bancário (CCB) - Banif, Concepa	IGP-M + 11% a.a.	24.861	24.103	3,1%
Capital de giro - Votorantim, Concepa	128,5% do CDI	110.516	110.559	0,0%
Debêntures (4ª emissão), Concepa	IGP-M + 10% a.a.	35.706	34.594	3,2%
Financiamento de imobilizado - BNDES, Concer	UM BNDES + 6,625% a.a.	1.415	1.586	-10,8%
Financiamento de imobilizado - BNDES, Concer	TJLP + 6,625% a.a.	10.572	11.389	-7,2%
Financiamento de imobilizado - BNDES, Concer	TJLP + 4,65% a.a.	1.976	2.117	-6,7%
Financiamento de imobilizado - FINEP, Concer	8,0% a.a.	6.958	7.177	-3,1%
Cédula de Crédito Bancário (CCB) - ABN Amro, Concer	CDI + 2,7% a.a.	2.851	3.242	-12,1%
Financiamento de imobilizado - FINAME - Santander, Concer	7% a.a.	178	199	-10,6%
Capital de giro - Santander, Concer	121% do CDI	18.369	19.203	-4,3%
Contrato de alienação fiduciária - Banco Guanabara, Concer	18% a.a.	183	-	n/c
Cédula de Crédito Bancário (CCB) - Banco do Brasil, Econorte	CDI + 5,6% a.a.	-	30.099	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB) - ABN Amro, Econorte	CDI + 2,7% a.a.	2.208	3.750	-41,1%
Conta Garantida - Santander, Econorte	121% do CDI	0	6.636	-
Debêntures (2ª emissão), Econorte	CDI + 2,9% a.a.	120.548	-	-
Financiamento de imobilizado - GE Capital, Portonave	Variação Cambial + 5,7452% a.a.	80.140	88.071	-9,0%
Cédula de Crédito Bancário (CCB) - BTG Pactual, Maestra	CDI + 2,7% a.a.	62.411	36.025	73,2%
Outros financiamentos e empréstimos	Diversos	948	1.434	-33,9%
Financiamento Imobilizado - BNDES, Rio Verde	TJLP + 1,81% a.a.	314.019	319.528	-1,7%
Crédito Suplementar - BNDES, Rio Verde	TJLP + 2,16% a.a.	23.284	23.377	-0,4%
Operação de Desconto - Santander, Rio Verde	6,93% a.a.	-	5.998	-100,0%
Dívida Bruta		1.248.886	960.481	30,0%

Considerando a controlada Rio Verde, a dívida bruta consolidada no 2T11 foi de R\$1.248.886, um aumento de 30,0% quando comparada com a dívida do 1T11, principalmente em decorrência das captações da 3ª emissão de debêntures da Triunfo, 2ª emissão de debêntures da Econorte e novo empréstimo com o BTG Pactual, para fazer frente aos investimentos de cabotagem e da UHE Garibaldi. Adicionalmente, houve a quitação do CCB com o Banco do Brasil.

A amortização da dívida ocorrerá conforme apresentado na tabela a seguir.

FLUXO DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

	ENERGIA	RODOVIAS	PORTO	CONTROLADORA	CABOTAGEM	TOTAL
2011	11.059	59.096	17.797	53.909	62.411	204.272
2012	22.118	75.106	17.797	28.889	-	143.910
2013	22.118	77.454	17.797	54.862	-	172.231
2014	22.118	18.908	17.797	56.306	-	115.129
2015	22.118	28.767	8.952	100.328	-	160.165
2016	22.118	35.859	-	47.198	-	105.175
Após 2016	215.654	42.099	-	90.251	-	348.004
	337.303	337.289	80.140	431.743	62.411	1.248.886

* Informações pró-forma, incluindo a Rio Verde Energia.

Relató



EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA E RELAÇÃO DÍVIDA LÍQUIDA EBITDA

	2T11	1T11	Δ
Dívida Bruta	911.583	611.578	49,1%
Disponibilidades e aplicações financeiras	269.095	61.341	338,7%
Dívida Líquida	642.488	550.237	16,8%
EBITDA 12 meses	273.113	270.174	1,1%
Relação Dívida Líquida x EBITDA	2,35 x	2,04 x	0,32 p.p.

A Dívida Líquida consolidada no 2T11 atingiu R\$642.488, um aumento de 16,8% quando comparada com a dívida no final do 1T11. A relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA é de 2,35 vezes no 2T11, superior ao índice apresentado no 1T11.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA E RELAÇÃO DÍVIDA LÍQUIDA EBITDA COM RIO VERDE

	2T11	1T11	Δ
Dívida Líquida sem Rio Verde	642.488	550.237	22,3%
Dívida líquida de Rio Verde	324.229	335.322	-5,3%
Dívida líquida consolidada	966.717	885.559	11,4%
EBITDA 12 meses	335.287	332.962	8,1%
Relação Dívida Líquida x EBITDA	2,88 x	2,66 x	0,08 p.p.

Considerando a controlada Rio Verde, a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA seria de 2,88 vezes, superior ao índice do 1T11.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA E RELAÇÃO DÍVIDA LÍQUIDA EBITDA - SEGMENTO DE RODOVIAS

	2T11	1T11	Δ
Dívida Bruta	337.289	255.722	31,9%
Disponibilidades e aplicações financeiras	47.946	34.021	40,9%
Dívida líquida	289.343	221.701	30,5%
EBITDA 12 meses	258.056	244.361	5,6%
Relação Dívida Líquida x EBITDA	1,12 x	0,91 x	0,21 p.p.

Nossos empreendimentos rodoviários encontram-se em média no décimo quarto ano de operação, com investimentos significativos já realizados e com investimentos a realizar diluídos até o final do prazo de concessão, conforme definido nos cronogramas físico e financeiro dos contratos de concessão. O endividamento do segmento de rodovias é de 1,12 vezes o EBITDA.

Relatório



EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA E RELAÇÃO DÍVIDA LÍQUIDA EBITDA - SEGMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA

	2T11	1T11	Δ
Dívida Bruta	80.140	88.437	-9,4%
Disponibilidades e aplicações financeiras	24.383	18.680	30,5%
Dívida líquida	55.757	69.757	-20,1%
EBITDA 12 meses	63.928	62.881	1,7%
Relação Dívida Líquida x EBITDA	0,87 x	1,11 x	-0,24 p.p.

No 2T11 a dívida da Portonave era representada, basicamente, pelo contrato com a GE Capital, com vencimentos diluídos nos próximos cinco anos. O endividamento da Portonave corresponde a 0,87 vezes o EBITDA.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA E RELAÇÃO DÍVIDA LÍQUIDA EBITDA - SEGMENTO DE ENERGIA

	2T11	1T11	Δ
Dívida Bruta	337.303	348.903	-3,3%
Disponibilidades e aplicações financeiras	13.074	13.581	-3,7%
Dívida líquida	324.229	335.322	-3,3%
EBITDA 12 meses (*)	62.174	62.788	-1,0%
Relação Dívida Líquida x EBITDA	5,21 x	5,34 x	-0,13 p.p.

(*) O EBITDA da controlada Rio Verde do 2T11 foi anualizado para os 12 meses.

No 2T11 a dívida da Rio Verde é representada, basicamente, pelo contrato com o BNDES. O endividamento da Rio Verde corresponde a 5,21 vezes o EBITDA.

Para uma melhor visualização da evolução do endividamento da Triunfo, elaboramos as planilhas a seguir. As premissas utilizadas foram:

Rodovias: (i) o EBITDA dos últimos 12 meses encerrados no 2T11 foi repetido em todos os anos, sem os ajustes de crescimento de tráfego e reajuste de tarifas, (ii) a dívida foi amortizada conforme previsto nos contratos.

ENDIVIDAMENTO - SEGMENTO DE RODOVIAS

	EBITDA	DÍVIDA LÍQUIDA	ENDIVIDAMENTO
2011	258.056	289.343	1,12 x
2012	258.056	230.247	0,89 x
2013	258.056	155.141	0,60 x
2014	258.056	77.687	0,30 x
2015	258.056	58.779	0,23 x

Porto: (i) o EBITDA dos últimos 12 meses encerrados no 2T11 foi repetido em todos os anos, sem levar em consideração reajustes de tarifa, parte indexada ao dólar, e crescimento de movimentação de TEUs; (ii) a dívida foi amortizada conforme o contrato de financiamento com a GE Capital, considerando o valor do dólar de R\$1,56 em 30 de junho de 2011 e desconsiderando o saldo de caixa existente na mesma data.

ENDIVIDAMENTO - SEGMENTO PORTUÁRIO - PROJECT FINANCE - NON RECOURSE

	EBITDA	DÍVIDA LÍQUIDA	ENDIVIDAMENTO
2011	63.928	55.757	0,87 x
2012	63.928	37.960	0,59 x
2013	63.928	20.163	0,32 x
2014	63.928	2.366	0,04 x
2015	63.928	-	0,00 x

Usina hidrelétrica: (i) o EBITDA dos últimos 12 meses encerrados no 2T11 foi repetido em todos os anos, sem levar em consideração reajustes de tarifa e possíveis incrementos relativos a mudanças de capacidade instalada; (ii) a dívida foi amortizada conforme previsto nos contratos de financiamento com o BNDES e Banco Santander.

ENDIVIDAMENTO - SEGMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA - PROJECT FINANCE - NON RECOURSE

	EBITDA	DÍVIDA LÍQUIDA	ENDIVIDAMENTO
2011	62.174	326.244	5,25 x
2012	62.174	304.126	4,89 x
2013	62.174	282.008	4,54 x
2014	62.174	259.890	4,18 x
2015	62.174	237.772	3,82 x

O endividamento consolidado da Triunfo está demonstrado na tabela a seguir:

ENDIVIDAMENTO - TRIUNFO

	EBITDA	DÍVIDA LÍQUIDA	ENDIVIDAMENTO
2011	335.287	968.732	2,89 x
2012	335.287	753.401	2,25 x
2013	335.287	609.491	1,82 x
2014	335.287	437.260	1,30 x
2015	335.287	322.131	0,96 x

INVESTIMENTOS (CAPEX)

As atividades da Triunfo são caracterizadas pela necessidade de gastos elevados, muitas vezes concentrados na fase de implantação e nos primeiros anos de operação. Os investimentos realizados no 2T11 referem-se aos valores reavaliados líquidos de depreciação e amortização e estão distribuídos conforme segue:

SALDOS DOS INVESTIMENTOS NO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL EM 2011

	Total	Δ
Triunfo	74.307	3,3%
Concer	396.526	17,8%
Concepa	304.495	13,6%
Econorte	234.435	10,5%
Portonave	797.082	35,7%
TPI-Log ⁸	118.861	5,3%
Santa Rita ⁹	10.297	0,5%
TBP ¹⁰	70.200	3,1%
NTL ¹¹	47.522	2,1%
Vessel-Log ¹²	44.382	2,0%
Rio Canoas	125.772	5,6%
Outros Investimentos	11.629	0,5%
	2.235.508	100,0%

O saldo na TPI-Log e nos outros investimentos refere-se basicamente aos ágios pagos na aquisição de ativos. O saldo na Triunfo refere-se ao ágio pago na aquisição da Econorte e aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário e de geração de energia.

Os investimentos realizados no ativo permanente durante o 2T11 foram:

INVESTIMENTOS NO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL EM 2011

	2T11	Δ
Triunfo	19.250	15,4%
Concer	1.812	1,5%
Concepa	1.900	1,5%
Econorte	1.757	1,4%
Portonave	2.689	2,2%
Rio Canoas	80.297	64,4%
Vessel-Log	7.746	6,2%
NTL	4.786	3,8%
Outros Investimentos	4.499	3,6%
	124.736	100,0%
Rio Verde	306	0,5%
Capex com Rio Verde	125.042	

O segmento rodoviário já realizou investimentos significativos no ativo imobilizado e tem seus investimentos a realizar diluídos até o final do prazo de concessão, conforme definido nos

⁸ A TPI-Log adquiriu a participação da Triunfo na Portonave por meio de transferência de investimento, baseada em laudo elaborado por especialistas contratados.

⁹ Empresa cujo ativo é um terreno de 190 hectares na Baixada Santista – em São Paulo, que será destinado, futuramente, a projeto no segmento portuário.

¹⁰ Empresa que tem por objetivo a exploração e prática de atividades correlatas à operação e exploração do terminal portuário de Santa Rita.

¹¹ Empresa cujo único ativo é um navio de bandeira brasileira.

¹² Empresa cujo único ativo é um navio de bandeira brasileira.

Relató



cronogramas físico e financeiro dos contratos de concessão. No 2T11 os investimentos na UHE Garibaldi representaram 64,4% dos investimentos totais do trimestre. Para os três próximos anos, o Capex do segmento rodoviário é realizado conforme o Programa de Exploração da Rodovia – PER de cada concessionária. A última atualização ocorreu em 30 de junho de 2011, e o montante de investimento previsto para os próximos anos é:

CRONOGRAMA DE INVESTIMENTOS PARA O TRIÊNIO

	2011	2012	2013
Concer	22.008	29.658	29.658
Concepa	12.194	29.989	31.232
Econorte	6.926	22.168	26.939

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla “TPIS3”.

a) Controladas e controladas em conjunto

Em 30 de junho de 2011 as participações relevantes da Triunfo, segregadas por segmento de negócios, são conforme segue:

i) *Concessionárias de rodovias*

A Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. (“Concer”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevó das Missões), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-138/95-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 179,9 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 814,4 MG (bidirecional), km 45,5 RJ (bidirecional) e km 104 RJ (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

A Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. (“Concepa”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-290/RS, trecho Osório - Porto Alegre, e o entroncamento da BR-116/RS (Guaíba), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-016/97-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 121 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 19,5 (sentido Porto Alegre - Osório), km 77,5 (bidirecional) e km 110,7 (sentido Osório - Porto Alegre). O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão está previsto para 20 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (“Econorte”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, nos termos do Contrato de Concessão assinado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR-071/97 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 340,8 km e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 0 da BR-369 (bidirecional), km 126 da BR-369 (bidirecional) e km 3 da BR-323 (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 14 de dezembro de 1997 e o prazo da concessão está previsto para 24 anos, podendo ser prorrogado conforme condições previstas no contrato de concessão.

A Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. (“Ecovale”) tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Sistema Rodoviário BR-470/SC, nos termos do Contrato de Concessão totaliza 488,1 Km e até o momento a Ecovale encontra-se em fase pré

Notas Explicativas

operacional, em razão da contestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que discute a nulidade do contrato, conforme apresentado na nota explicativa de provisão para demandas judiciais nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

No caso de extinção das concessões, reverterem ao poder concedente todos os bens transferidos para a administração das concessionárias, os bens reversíveis incorporados às rodovias durante as concessões e os direitos e privilégios decorrentes dessas, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessam, para as concessionárias, todos os direitos emergentes dos contratos. Em caso de extinção, as concessionárias serão indenizadas pelo valor contábil dos investimentos incorporados às concessões ainda não amortizados.

ii) *Geração de energia elétrica*

Rio Verde

A Rio Verde Energia S.A. (“Rio Verde”) tem por objeto específico a implantação, a geração, a comercialização e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto (“UHE Salto”), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás, nos termos do Contrato de Concessão assinado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 090/02, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão.

A usina iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010, com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009 e energia assegurada de 558.888 MWh/ano.

Ao termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Rio Verde, dos investimentos realizados e ainda não amortizados.

A Rio Verde possui um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“Power Purchase Agreement” ou “PPA”) com a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) do total da energia assegurada da usina Salto pelo prazo de 16 anos, correspondentes aos 558.888 MWh/ano, contados a partir do início da operação, ao preço inicial de R\$126,00 e final de R\$132,00 por MW/h, reajustados com base na variação do IGP-M.

Durante o último trimestre de 2009 a Companhia foi procurada por importantes entidades do mercado com relevantes propostas de novos projetos que vão ao encontro de seus interesses e estratégias. Dadas essas novas oportunidades e a previsão de recursos para fazer frente a

Notas Explicativas

esses investimentos, a Administração da Triunfo tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Verde.

Até o primeiro semestre de 2011, a Companhia manteve negociações de venda sendo efetuado processo de “due dilligence” e, por ocasião de acontecimentos e circunstâncias fora do controle da Administração da Companhia, o processo ainda encontra-se em fase de negociação. Cabe ressaltar que a mesma continua comprometida com seu plano de venda do investimento na controlada Rio Verde.

Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica “Participações a comercializar” na demonstração financeira individual porém, segregado entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Rio Canoas

A Rio Canoas Energia S.A. (“Rio Canoas”) tem por objeto específico a exploração do potencial de energia hidráulica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi (“UHE Garibaldi”), vencida pela Companhia em Leilão nº 03/2010, localizada no Rio Canoas, nos municípios de Cerro Negro e Abdon Batista, no Estado de Santa Catarina. A Rio Canoas passou a ter o direito de exploração da UHE Garibaldi pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do contrato de concessão, sendo que vendeu, em Leilão nº 03/2010 da ANEEL, cerca de 70% da energia assegurada da Usina pelo prazo de 30 anos, a contar da data de início da geração da primeira turbina, que deverá ocorrer até outubro de 2014. Os investimentos previstos necessários para colocar a Usina em operação são de aproximadamente R\$ 760.000¹. Em 14 de dezembro de 2010, foi assinado o contrato nº 03/2010 – MME – UHE Garibaldi, entre a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, e a Rio Canoas e publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de dezembro de 2010. O contrato tem como objeto regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Canoas, denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi, cuja concessão foi outorgada por meio do Decreto de 09 de dezembro de 2010. O contrato de concessão tem prazo de trinta e cinco anos, contados a partir da data da sua assinatura.

Em 2 de fevereiro de 2011, a Rio Canoas obteve a Licença Ambiental de Instalação – LAI nº 084/2011, emitida pela Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA para a implantação da UHE Garibaldi.

Outros

Em 30 de junho de 2011, a Triunfo mantém em fase de estudo de viabilidade projetos de PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) e energia eólica, cujos investimentos realizados totalizam o montante de R\$11.192.

¹ Valor não revisado pelos Auditores Independentes.

Notas Explicativas

iii) *Administração de portos*

Através do Contrato de Adesão MT/DP 098/01 a União, por meio do Ministério dos Transportes, autorizou a Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes (“Portonave”) a iniciar a exploração do porto de uso privativo, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes, no Estado de Santa Catarina. A Portonave possui os direitos de exploração do Porto de Navegantes por 25 anos, contados a partir de 18 de agosto de 2006, renováveis automaticamente para mais 25 anos.

O Porto de Navegantes possui três berços de atracação em 900 metros de cais e calado de 11,3 metros e uma retro área com capacidade para 1,3 milhão de *TEUs* (*twenty-foot equivalent unity*, unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés). As atividades de operação portuária tiveram início em 21 de outubro de 2007.

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não serão revertidos à União. Adicionalmente, a União poderá optar, quando da extinção do contrato, pela exploração do terminal portuário a partir do momento em que a Portonave for indenizada por tal fato.

A Iceport, subsidiária integral da Portonave, administra e opera uma câmara frigorificada para armazenamento de cargas próprias e de terceiros. Em 12 de novembro de 2009, a câmara frigorificada foi atingida por incêndio em parte de suas instalações, que interrompeu a atividade de armazenamento de produtos, porém não afetou a principal atividade da Iceport, trading de mercadorias.

A Portonave possui seguro nos seguintes montantes: (i) até 30 milhões de dólares americanos para cobrir os danos às mercadorias de terceiros; (ii) até 30 milhões de dólares americanos para cobrir danos à infraestrutura da câmara; e, (iii) até 12 milhões de dólares para indenizar a perda de receita originada pela interrupção de atividades.

A Administração da Portonave concluiu o processo de ressarcimento dos danos causados aos terceiros devido ao incêndio, a qual também não houve perdas para a Portonave. O processo de reconstrução da parte afetada já foi concluído, sendo totalmente reembolsado pelo segurador, e as operações da câmara foram restabelecidas, em sua plenitude operacional, a partir de junho de 2011.

Em 15 de julho de 2008, a Triunfo constituiu a Santa Rita S.A. – Terminais Portuários (“Santa Rita”), com o objetivo de instalar e operar terminal portuário em quaisquer das modalidades previstas pela Lei nº 8.630/93, bem como a exploração das atividades correlatas à operação de terminais portuários.

Parte do capital social da Santa Rita foi formado através do aporte do investimento detido pela Triunfo na TPB Terminal Portuário Brites Ltda. (“TPB”), no montante de R\$70.200, adquirido em 25 de junho de 2008.

Em 05 de abril de 2011, foi concebido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a licença prévia nº 399/2011 relativa ao Terminal Portuários Brites.

Notas Explicativas

Em 24 de janeiro de 2011 a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. (a “Cruzeiro do Sul”) o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície de uma área de 87,8 mil m² na cidade de Manaus por um período de 50 anos, pelo valor de R\$16.500. Até 30 de junho de 2011, foi liquidada a parcela inicial no montante de R\$6.000, estando o pagamento do saldo remanescente condicionado a desocupação da área e a transferência dos direitos, o que deve ocorrer no 2º semestre de 2011.

iv) *Serviços de cabotagem*

A NTL – Navegação e Logística S.A. (“NTL”) inicialmente denominada Oncídio Participações S.A., constituída em 29 de setembro de 2008, possui, como objetivo social, atuar nas atividades de transporte aquaviário e multimodal de cargas, através da exploração dos serviços de navegação marítima de longo curso e de cabotagem no transporte de carga, além da participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. Em abril de 2011, a controlada NTL entrou em operação com a prestação de serviços de cabotagem.

A Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. (“Vessel-Log”), constituída em 27 de maio de 2009, com o objetivo social de atuar nas atividades de exploração, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial, no transporte de cargas em geral, além dos serviços de reparo naval, comércio, intermediação, importação, exportação e armazenagem de embarcações, equipamentos, componentes, peças e partes inerentes as suas atividades e das sociedades nas quais participe.

A Vessel-Log atualmente realiza investimentos com o objetivo de iniciar suas operações, previsto para o segundo semestre de 2011. Até 30 de junho de 2011, os investimentos no ativo fixo eram de R\$44.325, realizados através de aportes dos acionistas, os quais continuarão sendo realizados até o início de suas operações.

v) *Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias*

As controladas Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. (“Rio Bonito”), Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. (“Rio Guaíba”) e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio e Serviços Rodoviários Ltda. (“Rio Tibagi”) prestam serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) às concessionárias de rodovias. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares àquelas que seriam realizadas com terceiros e são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

Notas Explicativas

b) Eventos relevantes ocorridos no segundo trimestre de 2011

i) *Santa Rita – Licença Prévia Terminal Portuário Brites*

Conforme descrito no item a) iii), a Santa Rita obteve a Licença Prévia nº 399/2011 emitida pelo IBAMA para o Terminal Portuário Brites.

ii) *Cabotagem – Entrada em operação*

Conforme descrito no item a) iv), a controlada NTL entrou em operação com a prestação de serviços de cabotagem.

iii) *Cabotagem – Aquisição de navio*

Em 23 de maio de 2011, a controlada Maestra Shipping LLP adquiriu, pelo montante de US\$12,35 milhões, o navio MV Westerdeich (futuro Maestra Pacífico) da Westerdeich Shipping GMBH&Co KG, com capacidade para 1.572 TEUs, com 200 tomadas para contêineres frigorificados.

iv) *Econorte – 2ª Emissão de Debêntures*

A controlada Econorte emitiu debêntures no montante de R\$120.000, conforme descrito na nota explicativa nº 17, item c).

v) *3ª Emissão de Debêntures*

A Companhia emitiu debêntures no montante de R\$180.000, conforme descrito na nota explicativa nº 17, item a).

2. Base de Preparação e Apresentação das Informações Trimestrais

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Informações Trimestrais - ITRs - em 03 de agosto de 2011.

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Trimestrais da Companhia, para o período findo em 30 de junho de 2011, compreendem:

a) as informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Consolidado”

b) As informações trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Controladora”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários

Notas Explicativas

(CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 30 de junho de 2011. As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como, pelo ativo imobilizado que foi avaliado pelo seu valor atribuído, na data de transição.

As informações trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas informações trimestrais individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações trimestrais da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

As Informações Trimestrais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.2.2 Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis.

Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

2.3. Critérios de consolidação

As Informações Trimestrais consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia, de suas controladas na proporção das participações apresentadas a seguir:

Notas Explicativas

Companhias	Controle	30/06/11		31/12/10	
		Participação (%)		Participação (%)	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi")	Controlada	99,0	-	99,0	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	Controlada em conjunto	62,5	-	62,5	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	Controlada em conjunto	62,5	-	62,5	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("Triunfo Convale")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Paraíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Paraíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale")	Controlada em conjunto	52,5	-	52,5	-
Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes ("Portonave") (i), (iv)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A. ("Iceport") (ii)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Teconnave Terminais de Contêineres de Navegantes S.A. ("Teconnave") (ii)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Maris Gaudium Empreendimentos e Participações S.A. ("Maris Gaudium") (iv)	Controlada	-	100,0	-	100,0
Starport Participações Ltda. ("Starport") (iv)	Controlada	-	99,9	-	99,9
Santa Rita S.A. – Terminais Portuários ("Santa Rita") (iv)	Controlada	1,5	88,0	1,5	88,0
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (iii)	Controlada	-	89,5	-	89,5
Maestra Navegação S.A. ("Maestra")	Controlada	99,7	-	99,7	-
Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. ("Vessel")	Controlada	65,0	-	65,0	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	Controlada	99,0	-	99,0	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	Controlada	99,0	-	99,0	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	Controlada	99,0	-	99,0	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela") (v)	Controlada	99,0	-	99,0	-
Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado")	Controlada	99,0	-	99,0	-
TPI-Log S.A. ("TPI-Log")	Controlada	100,0	-	100,0	-
NTL - Navegação e Logística S.A ("NTL")	Controlada	65,0	-	65,0	-
Trevally Participações e Investimentos S.A (" Trevally")	Controlada	100,0	-	100,0	-
MaNave S.A. – Terminais Portuários ("MaNave") (vii)	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Canoas Energia S.A ("Rio Canoas")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca") (vi)	Controlada	100,0	-	100,0	-
Guaru Participações Ltda ("Guaru")	Controlada	100,0	-	100,0	-

- (i) As controladas Maris Gaudium e Starport detêm cada uma 16,7% de participação na Portonave. A TPI-Log adquiriu a participação da Triunfo na Portonave por meio de transferência de investimento, baseada em laudo elaborado por especialistas contratados.
- (ii) A controlada Portonave detém 100,0% de participação nas controladas Iceport e Teconnave.
- (iii) A controlada Santa Rita detém 100,0% de participação na controlada TPB.
- (iv) Em 2 de dezembro de 2009, a Triunfo transferiu seus investimentos e ágios das controladas Portonave, Santa Rita, Starport e Maris Gaudium para a controlada TPI-Log, com base em laudos emitidos por especialistas contratados.
- (v) Em 4 de março de 2011, a Freijó Participações Ltda. alterou sua denominação social para Estrela Energia S.A.
- (vi) Em 4 de março de 2011, a Caddis Participações Ltda. alterou sua denominação social para Taboca Energia S.A.
- (vii) Em 29 de abril de 2011, a Lubina Participações e Investimentos S.A. alterou sua denominação social para MaNave S.A. – Terminais Portuários.

Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação, dentre as quais as principais são:

- Saldo das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.

- Participação no capital social e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas

Notas Explicativas

utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

2.3.1. Reconciliação do patrimônio líquido e resultado do exercício da controladora com consolidado.

	Patrimônio Líquido		Lucro líquido	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	30/06/2010
Controladora	1.379.441	1.370.819	7.683	5.746
Equivalência patrimonial não reconhecida:				
Rio Paraíba	-	(388)	388	385
Maestra	-	-	100	208
Outras controladas	-	7	81	125
Participação de acionistas não controladores	32.730	37.077	(4.641)	(848)
Consolidado	1.412.171	1.407.515	3.611	5.616

No período que serviu de base para a preparação das Informações Trimestrais, as controladas Rio Paraíba e Maestra apresentam passivos a descoberto. Por consequência, os investimentos nas respectivas controladas estão registrados pelo valor zero nas Informações Trimestrais da controladora. Adicionalmente não foi reconhecida nenhuma provisão decorrente de obrigações das controladas por não haver coberturas de garantias, avais, fianças, hipotecas ou penhor concedidos, em favor dessas prestada pela controladora.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As Informações Trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, que devem ser lidas em conjunto com estas Informações Trimestrais. Cabe ressaltar que não houve alterações nas práticas contábeis no segundo trimestre de 2011.

3.1. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Não há CPCs publicados ainda não vigentes, porém há normas IFRS publicadas para as quais ainda não há alteração nos CPCs vigentes, porém espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início da vigência das mesmas. Segue um resumo das principais normas IFRS publicadas e ainda não vigentes, bem como a expectativa de impactos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas - O IFRS 10 substitui do SIC 12 e IAS 27 e se aplica às demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013..

IFRS 11 - Joint Ventures - O IFRS 11 substitui SIC 13 e IAS 31 e se aplica às entidades controladas em conjunto. A norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

IFRS 12 - Divulgação da participação em outras entidades - O IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

IFRS 13 - Mensuração do valor justo - O IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo ou (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou divulgações sobre as referidas mensurações. A norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013..

IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto significativo em suas demonstrações financeiras consolidadas

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS com aplicabilidade após 01 de julho de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas:

- IAS 19 – Benefícios aos empregados;
- IAS 24 – Divulgações sobre partes relacionadas;
- IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas;
- IAS 28 – Investimentos em coligadas;
- IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relatório financeiro;

A Companhia avaliará os impactos na adoção desses pronunciamentos e interpretações e espera não ter impacto significativo em suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, com exceção da adoção da IFRS 11 e IAS 28.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10
Disponibilidades	37.098	2.941	53.796	51.170
Aplicações financeiras	143.691	11	167.497	9.519
	180.789	2.952	221.293	60.689

As aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento do CDI, resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações financeiras vinculadas

A Triunfo e suas controladas Concepa e Econorte constituem reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures, conforme descrito na nota explicativa nº 17. A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário. A controlada Portonave possui um “escrow account” junto ao Deutsche Bank para recebimento dos adiantamentos efetuados pela seguradora, relativo ao sinistro ocorrido nas instalações da câmara frigorífica da controlada, conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iii). Tais recursos serão utilizados para o pagamento dos fornecedores para a reconstrução da câmara frigorífica. Os saldos apresentados são os seguintes:

	Consolidado	
	30/06/11	31/12/10
Triunfo (controladora)	12.851	25.130
Concepa	22.421	7.790
Econorte	12.530	3.527
Portonave	-	6.407
	47.802	42.854
Parcela do circulante	47.727	39.327
Parcela do não circulante	75	3.527

As características e remunerações dessas aplicações são similares àquelas descritas na nota explicativa nº 4.

6. Contas a receber

	Consolidado	
	30/06/11	31/12/10
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	12.180	11.573
Serviços portuários (carga, descarga e armazenamento)	9.176	7.191
Celesc Distribuição – Reembolso LT	3.837	7.556
Exportação/Importação de mercadorias	5.445	1.687
Outras contas a receber	28	45
	30.666	28.052
Provisão para devedores duvidosos	(69)	(83)
	30.597	27.969

Notas Explicativas

A seguir, o saldo das contas a receber por vencimento:

	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
A vencer	30.597	27.969
Vencidos há mais de 90 dias	69	83
	<u>30.666</u>	<u>28.052</u>

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
Saldo no início do exercício	(83)	(61)
Adições	-	(22)
Recuperações / realizações	14	-
Saldo no final do exercício	<u>(69)</u>	<u>(83)</u>

7. Impostos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	4.080	2.986	4.431	3.337
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	-	124	124
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	824	687	1.375	1.034
Programa de Integração Social – PIS	8	8	117	37
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	27	-	502	133
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	32	32	2.358	1.855
Outros	29	50	372	236
	<u>5.000</u>	<u>3.763</u>	<u>9.279</u>	<u>6.756</u>
Parcela do circulante	5.000	3.763	7.486	5.879
Parcela do não circulante	-	-	1.793	877

8. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos são oriundos do prejuízo fiscal, da base de cálculo negativa da contribuição social e das diferenças temporárias registradas nas controladas que apuram o resultado pelo Lucro Real.

Quanto a sua natureza os saldos podem ser demonstrados como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
<u>Prejuízo Fiscal e Base Negativa da Contribuição Social:</u>		
Imposto de renda diferido	8.835	2.991
Contribuição social diferida	3.181	1.077
<u>Diferenças Temporárias:</u>		
Imposto de renda diferido	9.776	9.489
Contribuição social diferida	3.520	3.417
	<u>25.312</u>	<u>16.974</u>

As diferenças temporárias correspondem basicamente à provisão para manutenção das rodovias, amortização do ágio advindo de incorporação da controlada Concepa e ativos diferidos reconhecidos no resultado em 2008.

Notas Explicativas

Os créditos tributários diferidos registrados e a expectativa de realização é superior a 12 meses da data do balanço e estão baseados nas projeções de resultados com base nos orçamentos aprovados pelos Administradores das Controladas, sendo que a parcela dos créditos diferidos oriundos das diferenças temporárias depende do desfecho das operações que as originaram.

9. Operações com partes relacionadas

As Concessionárias de Rodovias contrataram as controladas Rio Bonito, Rio Guaíba e Rio Tibagi para prestar serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) e outros serviços. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das empresas de serviços, nos montantes de R\$22.444, R\$25.047 e de R\$18.595, respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das Informações Trimestrais, por se tratarem de operações entre as companhias consolidadas nas Informações Trimestrais, conforme descrito na nota explicativa nº 2.3.

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

	Controladora					
	30/06/11			31/12/10		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber:						
Econorte	-	-	-	4.159	-	-
Concer	94	-	-	689	-	-
Rio Verde	278	-	-	264	-	-
TPI-Log	5.578	-	-	-	-	-
Mútuos financeiros:						
Rio Tibagi (iii)	-	40.508	626	-	-	-
Outros:						
Concepa	31	-	187	336	-	336
Outros	-	96	-	-	96	-
Total do circulante	5.981	40.604	813	5.448	96	336
Mútuos financeiros:						
Portonave (i)	39.250	-	3.785	40.794	-	4.289
Concepa	-	-	28	34.173	-	4.284
NTL (ii)	21.965	-	1.832	39.832	-	2.430
Outros:						
Outros	225	-	-	112	-	-
Total do não circulante	61.440	-	5.645	114.911	-	11.003
Total	67.421	40.604	6.458	120.359	96	11.339

(i) Mútuo referente a captações da Portonave com a Triunfo, atualizado por variação do dólar norte-americano mais 5,7452% a.a., equivalente a taxa ajustada com o acionista estrangeiro da Portonave, a fim de evitar a desqualificação da participação dos sócios.

(ii) Mútuo referente a captações da NTL com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,75% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo

(iii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Rio Tibagi.

Notas Explicativas

Os principais contratos firmados em 2011 entre as concessionárias de rodovia e empresas de serviço são: (i) conservação, recuperação e manutenção de rodovias, incluindo obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio; (ii) atendimento a incidentes (recolhimento de animais e limpeza de pistas); (iii) operação de gerenciamento das “casas do motorista”; (iv) operação de sistema de pesagem; (v) apoio ao controle de tráfego; (vi) atendimento pré-hospitalar; (vii) socorro mecânico (resgate e guincho); (viii) inspeção e fiscalização tráfego e (ix) operação dos sistemas de arrecadação das praças de pedágio.

	Consolidado					
	30/06/11			31/12/10		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber:						
Rio Verde	278	-	-	-	-	-
Prestação de serviço:						
BR-040 (Concer) (i)	-	345	-	-	2.262	-
CTSA (Portonave) (i)	-	188	-	-	667	-
Mútuos financeiros:						
Portonave (ii)	-	963	-	-	931	-
Outros:						
Outros	31	-	-	26	94	-
Total do circulante	309	1.496	-	26	3.954	-
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
CTSA (Econorte) (i) e (iii)	1.128	-	3.752	11.524	-	4.927
CTSA (Rio Canoas) (iv)	36.890	-	-	25.000	-	-
Consórcio TRS (Concepa) (i) e (iii)	660	-	670	6.301	-	1.343
Total do não circulante	38.678	-	4.422	42.825	-	6.270
Total	38.987	1.496	4.422	42.851	3.954	6.270

- (i) As Concessionárias de Rodovias contrataram a Construtora Triunfo S.A. (“CTSA”), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através dos Consórcios Construtores nos quais esta participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias. Os preços e as quantidades das obras realizadas em rodovias estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e as obras e os serviços previstos no Contrato de Concessão são fiscalizados pelo Poder Concedente.
- (ii) A Triunfo e a Backmoon, acionistas da Portonave, possuem um mútuo com essa investida. Os saldos das remessas efetuadas pelos sócios quando não equivalentes não são eliminados na consolidação, o montante da diferença entre as remessas é registrado como ativo quando credores e passivo quando devedores.
- (iii) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
- (iv) Esse saldo corresponde a adiantamentos para construção da UHE Garibaldi e está classificado no saldo do Ativo Imobilizado.

10. Participações a comercializar e Operações Descontinuadas

Conforme descrito na nota explicativa nº1 a) ii), em 30 de junho de 2011, o investimento na controlada Rio Verde encontra-se destinado a venda, sendo o investimento, no montante de R\$261.379 (R\$259.475 em 31 de dezembro de 2010), apresentados no quadro abaixo, classificado na rubrica “Participações a comercializar” nas demonstrações financeiras da controladora. Os totais dos ativos e passivos da controlada Rio Verde foram segregados entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” e o resultado reclassificado para o resultado de “Operações Descontinuadas” para fins das demonstrações financeiras consolidadas, conforme CPC 31 (IFRS 5).

Notas Explicativas

	Participação (%)	Participações a comercializar	
		30/06/11	31/12/10
Capital Social	99,99	130.000	130.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	100	35.428	35.426
Ajuste de avaliação patrimonial	100	91.452	93.202
Lucro (prejuízo) acumulado	100	4.499	847
		261.379	259.475

A equivalência patrimonial calculada neste período foi de R\$1.917.

Ainda em atendimento a Instrução CVM nº 247/96 e CPC 31 (IFRS 5), os saldos das principais contas dos balanços patrimoniais em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, das demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados dos períodos findos em 30 de junho de 2011 e 2010 estão apresentados a seguir:

Balanços Patrimoniais de operações descontinuadas	30/06/2011	31/12/2010
Ativos		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	75	59
Contas a receber	9.545	9.590
Impostos a recuperar	8.403	64
Aplicações financeiras vinculadas	12.999	13.203
Despesas antecipadas	599	603
Outros créditos	85	48
	31.706	23.567
Ativo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.431	8.207
Impostos a recuperar	20.003	-
Imobilizado	604.363	647.536
Intangível	11.408	11.651
	644.205	667.394
Total do ativo	675.911	690.961

Notas Explicativas

<u>Balancos Patrimoniais de operações descontinuadas</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Passivo		
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	34.319	29.373
Fornecedores	1.956	1.825
Salários e encargos sociais	251	151
Obrigações fiscais	4.199	6.993
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.820	-
Dividendos a pagar	278	264
Outras obrigações	9.493	6.577
Arrendamento mercantil	67	-
	53.383	45.183
Passivo não circulante		
Empréstimo e financiamentos	302.984	326.312
Arrendamento mercantil	122	-
Imposto de renda e contribuição social		
Diferidos	45.722	48.013
Outras obrigações	12.321	11.978
	361.149	386.303
Patrimônio líquido		
Capital social	130.000	130.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	35.428	35.426
Ajuste de avaliação patrimonial	91.452	93.202
Reserva de lucros	4.499	847
Total do patrimônio líquido	261.379	259.475
Total do passivo e patrimônio líquido	675.911	690.961

Notas Explicativas

<u>Demonstração do resultado de operações descontinuadas</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
		<u>Reapresentado</u>
Receita operacional líquida	43.482	11.715
Custos operacionais		
Salários e encargos sociais	(157)	(36)
Administradores	(249)	(209)
Operação e manutenção	(4.095)	(753)
Compra de energia elétrica	-	(3.280)
Depreciação e amortização	(11.380)	(1.911)
Encargos do setor elétrico	(6.186)	(2.224)
Total dos custos operacionais	(22.067)	(8.413)
Lucro operacional bruto	21.415	3.302
Despesas operacionais, líquidas		
Salários e encargos sociais	(610)	(696)
Administradores	(250)	(258)
Administrativas	(848)	(678)
Depreciação e amortização	(60)	(50)
Outras receitas e despesas	(257)	(1.058)
Total das despesas operacionais, líquidas	(2.025)	(2.740)
Lucro operacional, antes do resultado financeiro	19.390	562
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	779	40
Despesas financeiras	(17.243)	(2.725)
Total do resultado financeiro	(16.464)	(2.685)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	2.926	(2.123)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.524)	(403)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.515	1.515
Lucro líquido do período	1.917	(1.011)
Lucro por ação básico e diluído – R\$	0,0271	(0,0230)

Notas Explicativas

<u>Fluxos de Caixa de operações descontinuadas</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u> (Reapresentado)
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	1.917	(1.011)
Ajustes por itens que não afetam o caixa		
Depreciação	11.438	1.961
Amortização	604	152
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.515)	(1.515)
Baixa de bens do imobilizado	55	-
Varição nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	45	(5.434)
Impostos a recuperar	(28.342)	34
Reclassificação de créditos tributários do ativo imobilizado	32.005	-
Outras variações no ativo	172	(2.307)
Fornecedores	131	(7.381)
Obrigações sociais	100	234
Obrigações fiscais	(842)	2.584
Imposto de renda e contribuição social correntes	868	-
Arrendamento mercantil	189	-
Outras obrigações	3.258	13.790
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	19.083	1.107
Atividades de investimentos		
Aquisição de bens do imobilizado	(326)	(32.889)
Adições ao ativo intangível e diferido	(361)	(12.235)
Fluxo de caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(687)	(45.124)
Atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	2	12.931
Captações de empréstimos e financiamentos	-	25.796
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13.410	13.317
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(18.408)	(8.220)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(13.384)	(313)
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(18.380)	43.511
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	16	(506)
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro	59	578
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de junho	75	72

Notas Explicativas

	Demonstrações do valores adicionados de operações		
	descontinuadas	30/06/2011	30/06/2010
			(Reapresentado)
Receitas		48.274	45.108
Receitas relativas à construção de ativos próprios		-	32.889
Receitas relativas à venda de energia		48.274	12.219
Insumos adquiridos de terceiros		(14.869)	(29.015)
Custos aplicados nos ativos próprios		(10.677)	(24.530)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(4.192)	(4.485)
Valor adicionado bruto		33.405	16.093
Depreciação		(11.438)	(1.961)
Amortização		(604)	(152)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		21.363	13.980
Valor adicionado recebido em transferência		779	110
Receitas financeiras		779	110
Valor adicionado total a distribuir		22.142	14.090
Distribuição do valor adicionado		22.142	14.090
Pessoal		1.045	1.136
Remuneração direta		662	619
Benefícios		343	485
F.G.T.S.		40	32
Impostos, taxas e contribuições		5.717	1.262
Federais		5.693	845
Estaduais		21	417
Municipais		3	-
Remuneração de capitais de terceiros		13.463	12.703
Juros relativos à capitais de terceiros		13.410	12.703
Aluguéis		53	-
Lucros retidos do exercício		1.917	(1.011)
Lucro do período		1.917	(1.011)

Perda por redução ao valor recuperável de imobilizado

Imediatamente antes da classificação da controlada Rio Verde como “Participações a Comercializar” e “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas”, o valor recuperável dos itens do imobilizado foi estimado sem que houvesse sido identificada perda no respectivo valor.

11. Despesas de exercícios seguintes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10
Gastos com apólices de seguros (i)	34	83	2.317	5.357
Outros gastos	109	60	436	201
	143	143	2.753	5.558

(i) São amortizados no mesmo prazo da vigência dos seguros contratados.

Notas Explicativas

12. Investimentos

a) Investimentos permanentes

Investimento	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras	Investimentos permanentes em 30/06/11	Investimentos permanentes em 31/12/10
Econorte	102.121	100,0%	102.121	-	102.121	126.390
Rio Tibagi	626	100,0%	626	-	626	3.340
Concepa	113.308	100,0%	113.308	-	113.308	112.419
Rio Guaíba	9.402	100,0%	9.402	-	9.402	3.053
Concer	420.960	62,5%	263.100	-	263.100	259.631
Rio Bonito	4.455	62,5%	2.784	-	2.784	1.203
Convale	369	100,0%	369	-	369	366
Rio Paraíba	(390)	100,0%	(390)	-	(390)	-
Ecovale	-	52,5%	-	(68)	(68)	-
Maestra	(2.408)	100,0%	(2.408)	-	(2.408)	482
Vessel-Log (i)	12.051	65,0%	7.833	-	7.833	10.222
Tucano (Taiobá)	3.865	100,0%	3.865	-	3.865	1.468
Retirinho (Alcaçuz)	244	100,0%	244	-	244	244
Guariroba (Gaipava)	1.693	100,0%	1.693	-	1.693	1.693
Santa Rita (ii)	80.346	1,5%	1.205	2.526	3.731	3.747
TPI-Log	645.556	100,0%	645.556	-	645.556	656.077
NTL (i)	6.842	65,0%	4.447	(308)	4.139	10.284
Trevally	1	100,0%	1	-	1	2
MaNave	(11)	100,0%	(11)	-	(11)	3
Rio Canoas	131.861	100,0%	131.861	-	131.861	30.403
Taboca	471	100,0%	471	-	471	1
Guaru	1	100,0%	1	-	1	1
Total	<u>1.531.363</u>		<u>1.286.078</u>	<u>2.150</u>	<u>1.288.228</u>	<u>1.221.029</u>

(i) Participações adquiridas ou constituídas em 2009, conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iv).

(ii) Em 01 de março de 2010, a Triunfo adquiriu 1,5% da participação do Pedro da Rocha Brites na Santa Rita correspondente a 3.750.000 ações ordinárias nominativas. Com o aporte integral da Companhia, o investimento em Santa Rita está desigual entre os acionistas no montante de R\$2.526.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual de 2011 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados no histórico, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia.

Notas Explicativas

b) Movimentação dos investimentos permanentes

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/10	Aportes de capital e aquisições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos	Transferência	Investimentos permanentes em 30/06/11	Resultado de equivalência patrimonial em 30/06/10
Econorte	126.390	-	6.301	(30.570)	-	102.121	7.586
Rio Tibagi	3.340	-	7.443	(10.157)	-	626	5.555
Concepa	112.419	-	889	-	-	113.308	(6.039)
Rio Guaíba	3.053	-	17.099	(10.750)	-	9.402	12.688
Esparta	-	-	-	-	-	-	3.787
Concer	259.631	-	4.967	(1.498)	-	263.100	4.513
Rio Bonito	1.203	-	6.636	(5.055)	-	2.784	6.163
Convale	366	34	(31)	-	-	369	(43)
Rio Paraíba	-	-	(390)	-	-	(390)	-
Ecovale	-	-	(68)	-	-	(68)	-
Maestra	482	203	(3.093)	-	-	(2.408)	(624)
Vessel-Log	10.222	-	(2.373)	-	(16)	7.833	(842)
Tucano	1.468	2.480	(83)	-	-	3.865	(2)
Retirinho	244	1	(1)	-	-	244	-
Guariroba	1.693	24	(24)	-	-	1.693	(3)
Santa Rita	3.747	5	(15)	-	(6)	3.731	(2)
TPI-Log	656.077	-	9.439	(19.960)	-	645.556	(5.387)
NTL	10.284	-	(6.145)	-	-	4.139	(708)
Estrela	-	1	(1)	-	-	-	-
Rio Dourado	-	1	(1)	-	-	-	(1)
Trevally	2	2	(3)	-	-	1	(3)
MaNave	3	-	(14)	-	-	(11)	(3)
Rio Canoas	30.403	102.699	(1.241)	-	-	131.861	(3)
Rio Verde (i)	-	-	1.917	-	(1.917)	-	933
Taboca	1	471	(1)	-	-	471	(1)
Guaru	1	1	(1)	-	-	1	(1)
Total	1.221.029	105.922	41.206	(77.990)	(1.939)	1.288.228	27.563

(i) Conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) ii), em 30 de junho de 2011 o investimento na controlada Rio Verde encontra-se destinado a venda.

13. Imobilizado

Custo	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. de Dados	Imobilizado em Andamento	Veículos	Câmara frigorífica	Embarcações	Outros	Total
Saldo em 31/12/2010	152.038	550.353	220.385	5.120	11.148	55.243	4.568	38.895	67.376	4.295	1.109.421
Construções / Aquisições	5.305	119	753	92	364	13.564	152	2.054	26.663	729	49.795
Baixas	-	(37)	-	-	-	-	(535)	-	(407)	(299)	(1.278)
Transferências	381	(50)	(332)	-	-	(330)	-	(669)	-	1.000	-
Saldo em 30/06/2011	157.724	550.385	220.806	5.212	11.512	68.477	4.185	40.280	93.632	5.725	1.157.938
Depreciação											
Saldo em 31/12/2010	-	(46.546)	(59.296)	(1.251)	(5.371)	-	(1.797)	(1.920)	-	(860)	(117.041)
Depreciação	-	(2.569)	(1.785)	(122)	(386)	-	(379)	(593)	(595)	(487)	(6.916)
Depreciação - Custo atribuído	-	(4.420)	(10.751)	(146)	(736)	-	(66)	(216)	-	(44)	(16.379)
Baixas	-	-	2	-	-	-	101	-	-	(59)	44
Transferências	-	(397)	-	-	-	-	-	669	-	(272)	-
Saldo em 30/06/2011	-	(53.932)	(71.830)	(1.519)	(6.493)	-	(2.141)	(2.060)	(595)	(1.722)	(140.292)
Valor residual líquido											
Saldo em 31/12/2010	152.038	503.807	161.089	3.869	5.777	55.243	2.771	36.975	67.376	3.435	992.380
Saldo em 30/06/2011	157.724	496.453	148.976	3.693	5.019	68.477	2.044	38.220	93.037	4.003	1.017.646

Notas Explicativas

Custo atribuído ("Deemed Cost")

	Ativos do porto – Portonave	Camara Frigorifica - Portonave	UHE Salto - Rio Verde (*)	Total ajuste ao custo atribuído	IR diferido passivo (Nota 19)	UHE Salto - Rio Verde (*)	Ajuste avaliação patrimonial (Patrimônio Líquido)
Ajuste ao custo atribuído	687.895	5.484	143.194	836.573	284.436	-	552.137
Transferência para Operações Descontinuadas	-	-	(143.194)	(143.194)	(48.686)	-	-
Depreciação acumulada	(64.570)	(485)	-	(65.055)	(22.119)	(1.306)	(44.242)
Saldo em 31/12/2010	<u>623.325</u>	<u>4.999</u>	<u>-</u>	<u>628.324</u>	<u>213.631</u>	<u>(1.306)</u>	<u>507.895</u>
Depreciação do período	(16.163)	(216)	-	(16.379)	(5.569)	(1.819)	(12.629)
Saldo em 30/06/2011	<u>607.162</u>	<u>4.783</u>	<u>-</u>	<u>611.945</u>	<u>208.062</u>	<u>(3.125)</u>	<u>495.266</u>

(*) Estes ativos não estão consolidados conforme nota 10.

As controladas Rio Verde e Portonave adotaram a opção de avaliar seus ativos imobilizados ao custo atribuído de acordo com ICPC10 e CPC 37.

14. Intangível

Custo	Consolidado											
	Controladora						Total Controladora	Ativos de Concessão de Rodovias (v)	Linhas de Transmissão (vi)	Ágio na aquisição da Portonave (ii)	Outros Intangíveis	Total
	Agio na aquisição da			Desenvolvimento de projetos (iv)	Licenças de uso e softwares	Econorte (i)						
Saldo em 31/12/2010	41.476	114	267				4.320	14.037	368	60.582	1.527.013	4.192
Adições	-	-	-	-	21.621	27	21.648	34.005	-	-	83.165	138.818
Baixas	-	-	-	(292)	(878)	-	(1.170)	(10.106)	-	-	(2.056)	(13.332)
Saldo em 30/06/2011	<u>41.476</u>	<u>114</u>	<u>267</u>	<u>4.028</u>	<u>34.780</u>	<u>395</u>	<u>81.060</u>	<u>1.550.912</u>	<u>4.192</u>	<u>135.292</u>	<u>111.833</u>	<u>1.883.289</u>
Amortização												
Saldo em 31/12/2010	(15.866)	-	(19)	-	-	(179)	(16.064)	(580.026)	(1.787)	(16.431)	(8)	(614.316)
Amortização	(1.177)	-	(19)	-	-	(26)	(1.222)	(51.628)	(81)	-	(112)	(53.043)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	1.932	-	-	-	1.932
Saldo em 30/06/2011	<u>(17.043)</u>	<u>-</u>	<u>(38)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(205)</u>	<u>(17.286)</u>	<u>(629.722)</u>	<u>(1.868)</u>	<u>(16.431)</u>	<u>(120)</u>	<u>(665.427)</u>
Valor residual líquido												
Saldo em 31/12/2010	25.610	114	248	4.320	14.037	189	44.518	946.987	2.405	118.861	30.716	1.143.487
Saldo em 30/06/2011	<u>24.433</u>	<u>114</u>	<u>229</u>	<u>4.028</u>	<u>34.780</u>	<u>190</u>	<u>63.774</u>	<u>921.190</u>	<u>2.324</u>	<u>118.861</u>	<u>111.713</u>	<u>1.217.862</u>

(i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% na Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.

(ii) Em junho de 2007 a Triunfo adquiriu, através das holdings Starport e Maris Gaudium, a participação adicional de 33,3% na Portonave. Os ágios estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura da Portonave, sendo amortizados linearmente pelo prazo de dez e de seis anos, respectivamente, de acordo com o laudo de avaliação e projeções financeiras da Portonave, até 31 de dezembro de 2008, conforme requerido pela Instrução CVM nº 247/96, sendo submetido ao teste de recuperabilidade de ativos. A partir de 1º de janeiro de 2009 foi suspensa a amortização, conforme OCPC 02, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo CPC 01. Em 2 de dezembro de 2009, os investimentos na controladas Maris Gaudium e Starport, incluindo os saldos não amortizados dos ágios, foram transferidos para a TPI-LOG pelos valores contábeis avaliados conforme laudos elaborados por especialistas contratados. Em 30 de junho de 2010, a Triunfo reconheceu como ágio o montante de R\$11.969 corrigido monetariamente referente ao pagamento da última parcela da aquisição das ações da Maris Gaudium que pertenciam a AEL Assessoria e Administração de Empresas conforme contrato de compra e venda de ações de 05 de junho de 2007 e 3º aditivo contratual de 01 de dezembro de 2009. O montante de R\$11.969 foi registrado na rubrica de Contratos de aquisição de ativos, conforme nota explicativa nº 20.

(iii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% na Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, que será amortizado proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até junho de 2017. Em 1 de março de 2010, a Esparta transferiu o ágio para Concepa na aquisição da participação através de laudo de cisão parcial elaborado por especialistas contratados. Em 25 de junho de 2010, a Triunfo efetuou a incorporação do acervo da Esparta, através de laudo de incorporação elaborado por especialistas contratados.

(iv) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário e de geração de energia. Esses gastos farão parte do custo dos ativos em construção a serem amortizados de acordo com as suas vidas úteis estimadas, após o início de suas operações.

(v) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias conforme ICPC 01.

Notas Explicativas

- (vi) Estão representados exclusivamente pelos gastos relativos à implantação de uma linha de transmissão de energia elétrica, que foi construída pela controlada Portonave com base no Termo de Compromisso de 18 de janeiro de 2007, firmado com a CELESC Distribuição S.A. visando o benefício econômico pela melhor operacionalização das atividades portuárias na captação de energia elétrica. Conforme reunião de mediação administrativa, ocorrida na ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), em 20 de setembro de 2009, a controlada Portonave aceitou receber o montante de R\$17.436 (R\$8.718 proporcional à participação da Companhia) da Celesc Distribuição, em 15 vezes, sem correção mediante compensação das faturas mensais, com complementação dos valores adicionais pagas em moeda corrente, caso o valor da parcela seja superior ao da fatura, relativo ao ressarcimento pela participação financeira de consumidor em instalação de transmissão. Por fim, o montante de R\$5.771 (R\$2.886 proporcional à participação da Companhia), relativo a uma subestação de energia que compunha a linha de transmissão foi, através do acordo, reclassificada para o ativo imobilizado. O saldo remanescente da linha de transmissão continuará sendo amortizado pelo tempo estimado de recuperabilidade do investimento.

15. Provisão para manutenção

As controladas Econorte e Concer registraram provisão para manutenção das rodovias, conforme quadro abaixo, trazido a valor presente à taxa de 11,51% ao ano. A taxa utilizada refere-se ao custo médio ponderado de capital das controladas.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
Provisão para manutenção	<u>26.409</u>	<u>23.777</u>
	<u>26.409</u>	<u>23.777</u>
Parcela do circulante	4.422	5.736
Parcela do não circulante	21.987	18.041

Notas Explicativas

16. Empréstimos e financiamentos

Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	Consolidado	
			30/06/11	31/12/10
Triunfo (controladora):				
Cédula de crédito bancário - Banco Votorantim	Ações da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,5% a.a.	5.894	23.548
Conta garantida - Santander	Sem aval	121% do CDI	36.488	19.600
FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a	22.404	14.784
Concepa:				
Cédula de crédito bancário - Banif	Arrecadação de pedágio (recebíveis)	IGP-M + 11% a.a.	24.861	22.826
Capital de giro - Santander	Subordinada	121% do CDI	-	2.052
Capital de giro - Votorantim	Ações da Companhia (Triunfo)	128,5% do CDI	110.516	110.854
Concer:				
Financiamento de imobilizado - BNDES	Ações da Concer	UM BNDES + 6,625% a.a.	1.415	1.737
Financiamento de imobilizado - BNDES	Ações da Concer	TJLP + 6,625% a.a.	10.572	12.203
Financiamento de imobilizado - BNDES	Ações da Concer	TJLP + 4,65% a.a.	1.976	2.258
Financiamento de imobilizado - FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a.	6.958	6.574
Cédula de crédito bancário - ABN Amro	Aval dos acionistas	CDI + 2,7% a.a.	2.851	4.519
Financiamento de imobilizado - FINAME - Santander	Aval da diretoria	7% a.a.	178	229
Contrato de alienação fiduciária - Banco Guanabara	Aval da diretoria	18% a.a.	183	-
Capital de giro - Santander	Aval da diretoria	121% do CDI	18.369	19.422
Portonave:				
Financiamento de imobilizado - GE Capital	Ações da Portonave, Icept e Teconnave	Varição Cambial + 5,7452% a.a.	80.140	94.977
Econorte:				
Cédula de crédito bancário - ABN Amro	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,7% a.a.	2.208	5.534
Cédula de crédito bancário - Banco do Brasil	Ações da Econorte e cessão dos direitos creditórios de movimentação da receita de arrecadação de pedágio em conta do Banco do Brasil	CDI + 5,6% a.a.	-	33.104
Conta garantida - Santander	Sem aval	121% do CDI	-	6.550
Rio Guaíba:				
Financiamento de imobilizado	Bens objeto da operação	14,03% a 16,9% a.a.	109	249
Rio Bonito:				
Cédula de crédito bancário - Bradesco	Bens objeto da operação	6,17% a.a.	132	-
Financiamento de imobilizado - Finame - Bradesco	Bens objeto da operação	TJLP + 6,9% a.a.	673	974
Arrendamento mercantil - Bradesco	Nota promissória	19,4% a.a.	34	59
Maestra:				
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,7% a.a.	62.411	-
			388.372	382.053
Parcela do circulante			193.433	137.551
Parcela do não circulante			194.939	244.502

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros. Em 30 de junho e 31 de março de 2011, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e por suas controladas.

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 30 de junho de 2011 está assim distribuído:

Ano	Controladora	Consolidado
2012	2.679	39.345
2013	3.408	75.272
2014	3.408	25.713
2015	3.408	22.372
Após 2015	6.079	32.237
	18.982	194.939

Notas Explicativas

17. Debêntures

	Consolidado	
	30/06/11	31/12/10
Triunfo (controladora)	366.957	214.716
Concepa	35.706	31.918
Econorte	120.548	-
	523.211	246.634
Parcela do circulante	60.064	42.382
Parcela do não circulante	463.147	204.252

a) Triunfo

1ª Emissão

Em 1º de janeiro de 2002, foram emitidas 60.000 debêntures nominativas e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$60.000, amortizadas em cinco parcelas anuais iguais. Os saldos em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são de R\$51.488 e R\$74.895, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do IGP-M, e são remuneradas mensalmente com base no valor unitário atualizado até dezembro de cada exercício a taxa de 1% sobre o saldo em circulação no último dia do mês e pagas no 5º dia útil do mês subsequente.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio e deságio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$577 e R\$843 em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, que juntamente com a taxa fixa de remuneração mensal incorporam a taxa efetiva da operação de 1,2% ao mês.

2ª Emissão

Em 12º de julho de 2010, foram emitidas 267 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$500.000, amortizáveis em cinco parcelas semestrais iguais e consecutivas. Os saldos em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são de R\$140.310 e R\$139.821, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 3% ao ano, e são remuneradas semestralmente, sem carência.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam o montante de R\$2.027 e R\$2.223 em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

3ª Emissão

Em 22º de junho de 2011, foram emitidas 180 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$1.000.000, amortizáveis em quatro parcelas anuais iguais e consecutivas. O saldo em 30 de junho de 2011 é de R\$175.159.

Notas Explicativas

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do IPCA, e são remuneradas anualmente com base no valor nominal unitário atualizado ou saldo do valor nominal unitário a taxa de 8,65%. Os juros remuneratórios serão pagos ao final de cada Período de Capitalização a iniciar em 15 de junho de 2012.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam o montante de R\$4.841 em 30 de junho de 2011.

b) Concepa

4ª Emissão

Em 30 de junho de 2011 encontra-se em circulação 32.000 debêntures públicas nominativas, não conversíveis em ações, referentes à quarta emissão, realizada em 1º de setembro de 2006, com quatro anos de carência e vencimento em quatro parcelas anuais, com a liquidação da última parcela prevista para setembro de 2013. As debêntures referentes à quarta emissão são atualizadas pela variação monetária do IGP-M, acumulado a cada 12 meses, e recebem uma remuneração, paga anualmente, à taxa de juros equivalente a 10% ao ano sobre o valor nominal unitário das debêntures em circulação. Os saldos em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 dessas debêntures são de R\$35.706 e R\$31.918, respectivamente.

c) Econorte

2ª Emissão

Em 10º de maio de 2011, foi aprovada pela CVM a 2ª segunda emissão de registro de debêntures simples pela controlada Econorte, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 120 (cento e vinte) debêntures no valor de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) cada. As debêntures terão um prazo de vigência de 72 (setenta e dois) meses, vencendo em 10 de maio de 2017.

As debêntures serão pagas em 12 (doze) parcelas semestrais consecutivas. As mesmas farão jus à remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, ("Taxa DI"), capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 2,90% a.a. (dois inteiros e noventa centésimos por cento ao ano) ("Remuneração"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debêntures desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Além das garantias da arrecadação dos pedágios, a Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores das debêntures, como não realizar operações fora de seu objeto social;

Notas Explicativas

proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação de endividamento, entre outros. Em 30 de junho e 31 de março de 2011, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e suas controladas.

Para amortização anual das debêntures, de acordo com a escritura, a Companhia constitui uma conta reserva de amortização e as controladas Concepa e Econorte constituem uma reserva mensal de recursos provenientes da arrecadação de pedágio. Esses recursos ficam aplicados em conta de aplicação específica até a data de cada amortização e estão apresentados na nota explicativa nº 5.

A parcela registrada no passivo não circulante em 30 de junho de 2011, com vencimento até o ano 2018, está assim distribuída:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2012	110	15.918
2013	51.454	74.841
2014	52.898	67.298
2015	96.920	124.520
2016	43.790	78.590
2017	43.790	58.190
2018	43.790	43.790
	332.752	463.147

18. Impostos, taxas e contribuições

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	2.532	2.593
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-	6.855	6.733
Imposto de Renda Retido na Fonte	9	12	290	372
Cofins	2	26	1.444	1.614
PIS	1	6	1.081	1.181
INSS	-	-	472	572
Imposto Sobre Serviços	-	-	4.385	3.762
Imposto sobre Operações Financeiras	28	74	45	380
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	23	14	41	126
Outros impostos e contribuições	-	-	1.379	1.264
	63	132	18.524	18.597
Parcela do circulante	63	114	13.108	12.352
Parcela do não circulante	-	18	5.416	6.245

Notas Explicativas

19. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas, não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
Portonave	10.955	11.965
Maestra	4.534	-
NTL	14.323	-
Vessel	5.530	-
Triunfo	215.639	214.767
	250.981	226.732

Os créditos fiscais sobre os prejuízos e base negativa da contribuição social da Portonave foram reconhecidos com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros de acordo com as projeções de resultados aprovados pelos Administradores das Companhias e com base nos critérios determinados pela Instrução CVM nº 371/02. Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
Reserva de reavaliação	134.433	143.222
Custo atribuído – ICPC 10 (Nota 13)	208.062	213.631
Varição cambial	10.877	9.494
Estorno de amortizações – ICPC 01	28.880	24.668
	382.252	391.015

20. Contratos de aquisição de ativos

As obrigações assumidas pela aquisição de investimentos, equipamentos, terrenos e outros bens e direitos permanentes são reconhecidos pelos montantes atualizados, conforme as condições contratuais.

Conforme apresentado na nota explicativa nº 1 a) iii), em 25 de junho de 2008 a Triunfo firmou com Pedro e Joaquim Rocha Brites o contrato para aquisição de 100% das cotas da TPB, pelo montante de R\$70.200, sendo R\$30.000 pagos com ações da controlada Santa Rita, uma parcela de R\$5.000 na assinatura do contrato e o saldo de R\$35.200 em parcelas semestrais, corrigidas pelo IGP-M, mais juros mensais de 0,5% ao mês, nos montantes de R\$5.200, duas parcelas de R\$5.000 mais duas parcelas finais de R\$10.000.

Em 2009 a Triunfo re-negociou o saldo do contrato de R\$34.838 para o pagamento em 4 parcelas semestrais, sendo 2 parcelas pagas em 2010 no montante de R\$838 e R\$9.000 e 2 parcelas a serem pagas em 2011 no montante de R\$10.000 e R\$15.000 corrigidas pelo IGP-M, mais juros mensais de 0,75% ao

Notas Explicativas

mês. O saldo remanescente a pagar em 30 de junho de 2001 é de R\$17.222 e R\$30.916 em 31 de dezembro de 2010.

21. Receitas diferidas, líquidas

As receitas diferidas correspondem aos recebimentos antecipados, líquidos dos custos e amortizações, decorrentes dos contratos de utilização da faixa de domínio das rodovias administradas pela controlada Concepa e pela controlada Concer, firmado com a Embratel em setembro de 2007.

O contrato prevê que a Embratel pagará uma remuneração total de R\$27.383 (R\$19.617 no consolidado) durante o prazo remanescente da concessão, dos quais R\$11.587 (R\$8.701 no consolidado) foram antecipados e reconhecidos como receitas diferidas. O saldo do contrato no montante de R\$15.796 (R\$10.916 no consolidado) será recebido em parcelas anuais, corrigidas anualmente pela variação do IGP-M.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência do contrato.

	Consolidado	
	30/06/11	31/12/10
Receita recebida antecipadamente	5.975	6.775
(-) Receita apropriada ao resultado	(1.894)	(2.131)
	4.081	4.644

22. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia e suas controladas constituem, com base nos pareceres elaborados pelos seus assessores jurídicos, provisão para demandas judiciais e administrativas consideradas suficientes para cobrir perdas classificadas como prováveis nos processos administrativos e judiciais em andamento.

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	31/12/10	Complemento	Pagamentos	30/06/11
Processos cíveis	487	123	(21)	589
Processos trabalhistas	528	68	(357)	239
Total provisão	1.015	191	(378)	828

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são pólo passivo em processos cujas chances de êxito das partes reclamantes foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possíveis nos montantes de R\$18.475 em 30 de junho de 2011 e R\$12.301 em 31 de dezembro de 2010, para os quais não foram constituídas provisões.

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno

Notas Explicativas

e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

Não houve alteração nos litígios divulgados pela Companhia nas demonstrações financeiras de 31/12/2010.

23. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital autorizado da Companhia, conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de maio de 2007 é de 200.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, e em 31 de março de 2011 está representado por 146.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal no montante de R\$512.979.

Em 28 de junho de 2007, a Administração autorizou a realização da oferta pública de ações pela Companhia. As negociações das ações da Companhia no nível do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa tiveram início em 23 de julho de 2007 e sua liquidação ocorreu em 25 de julho de 2007.

Em 9 de outubro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 9.295.472 novas ações ordinárias e sem valor nominal, ao preço de R\$5,49 por ação, totalizando um aumento de R\$51.032.

Até 31 de dezembro de 2009 haviam sido integralizadas 7.842.128 ações no montante de R\$43.053, reconhecidos como adiantamento para futuro aumento de capital. O saldo de 1.453.344 ações foi totalmente integralizado através do leilão realizado em 19 de janeiro de 2010 ao preço, líquido das comissões, de R\$ 6,32 gerando um ágio de R\$1.194. Nessa mesma data o aumento de capital foi homologado através da Reunião do Conselho de Administração, passando o capital a da mesma data, após o qual o capital passou a ser representado por 146.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, representadas pelo montante de R\$512.979.

b) Dividendos

Aos acionistas é garantido o dividendo mínimo de 25,0% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária.

O montante de dividendos a pagar de R\$31 em 30 de junho de 2011 refere-se ao saldo de dividendos propostos do exercício de 2010, “ad referendum” da Assembléia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2011, calculados conforme segue:

Notas Explicativas

Lucro líquido do exercício de 2010	32.458
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(1.623)
(+) Saldo de reserva de retenção de lucros de 2009 – após efeito adoção dos CPC's	10.135
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	39.176
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	22.816
Base de cálculo de dividendos	102.962
Proposta da Administração:	
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	25.741
Dividendos distribuídos em 2010	(18.328)
Dividendos propostos	7.413
(-) Dividendos pagos em junho de 2011	(7.382)
Saldo a pagar de dividendos em 30/06/2011	31
 Dividendos por lote de mil ações (em reais)	 0,0508

c) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado nas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

Também sobre a mais valia reconhecida foram constituídos impostos diferidos em contrapartida da conta “Imposto de renda e contribuição social diferidos” no passivo.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados.

A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica “Lucros acumulados”, nos termos da Deliberação CVM nº 183/95 da Lei nº 6.404/76, integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

As controladas Portonave e Rio Verde, conforme descrito na nota explicativa nº 13, efetuaram ajuste ao custo atribuído, de acordo com ICPC 10 e CPC 37. Na data de transição o valor desta mais valia foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários e serão realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens.

e) Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33 e CPC 41, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Notas Explicativas

Segue abaixo o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	7.683	5.746
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	146.000.000	146.000.000
Média ponderada das opções exercíveis ao final do exercício – diluído	884.932	383.562
Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído	(884.932)	(383.562)
Resultado por ação – básico e diluído	0,05262	0,03936

Conforme nota explicativa nº 25, em 23 de setembro de 2009, 1º de maio de 2010 1º de maio de 2011 o Conselho de Administração aprovou três outorgas de opção de compra de 500.000 ações cada da Companhia para executivos e empregados, que não causarão impacto no cálculo do lucro diluído por ação em 2010 e 2011, tendo em vista que o preço do exercício da opção sobre ações é superior à média do preço de mercado no período.

f) Lucro Base de Dividendos

No quadro abaixo é demonstrado o cálculo do lucro base de dividendos correspondente ao período de 6 meses findos em 30 de junho de 2011 e 2010. O lucro líquido do período é ajustado pelas realizações da reserva de reavaliação reflexa e do ajuste de avaliação patrimonial, considerando a constituição da reserva legal, que corresponderia a 5% do lucro líquido do período.

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Lucro líquido	7.683	5.746
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(384)	(287)
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	21.882	20.029
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	12.629	10.796
Lucro Base de Dividendos	41.810	36.284

g) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

24. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	218.826	189.908
Operação de carga de terceiros - porto	56.573	53.787
Operação de carga própria - porto	22.775	2.942
Construção de ativos das concessões de rodovia	34.005	27.103
Operação de cabotagem	1.767	-
Outros	2.320	2.375
	336.266	276.115
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	(27.417)	(23.307)
	308.849	252.808

25. Plano de remuneração baseada em ações

Em 29 de junho de 2007, a Assembléia Geral Extraordinária aprovou as condições gerais do Plano de Outorga de Opção de Ações, que prevê a outorga da opção de compra de até 2 milhões de ações da Companhia aos seus diretores e empregados, ao preço de exercício de R\$9,00 (nove reais), correspondente ao preço mínimo da faixa indicativa de preço de emissão e venda por ação informado no Prospecto Preliminar da Oferta de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.

Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabelece os critérios de outorga das opções de ações para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, quais os profissionais elegíveis que serão participantes, a quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções, assim como o prazo de vigência e as condições de exercício da opção.

Em 23 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano.

O período de aquisição do direito de exercício das opções foi contado da data da outorga até 30 de abril de 2010. Anualmente, a partir da data da realização da Assembléia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras do ano anterior, será outorgado aos beneficiários a proporção de até 25% do total das opções aprovadas na Assembléia de 27 de julho de 2007. As opções são válidas pelo prazo de até 8 anos, contados da data da outorga pelo Conselho de Administração da Companhia, com vencimento até 23 de setembro de 2017.

Em 01 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano.

Em 01 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das

Notas Explicativas

opções, bem como definiu os termos e condições do plano.

As informações de movimentação das quantidades de opções relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

	Controladora e consolidado			
	30/06/11		30/06/10	
	Quantidade	Preço médio ponderado – R\$	Quantidade	Preço médio ponderado – R\$
Saldo no início do trimestre	1.000.000	9,00	500.000	9,00
Movimentações:				
Concedidas	500.000	9,00	500.000	-
Saldo no final do trimestre	1.500.000	9,00	1.000.000	9,00

	Controladora e consolidado	
	30/06/11	30/06/10
Ações exercíveis	1.500.000	1.000.000
Prazo de vida útil (anos)	6	7
Preço médio ponderado – R\$	9,00	9,00

Na primeira outorga de ações em 23 de setembro de 2009, o valor de mercado de cada opção concedida, estimado na data da concessão da outorga, foi determinado com base no modelo de precificação de opções Black-Scholes, considerando as seguintes premissas: expectativa considerada de dividendos de 0%; volatilidade de 55,97%; taxa de juros livre de risco de 8,96% ao ano; e prazo de vencimento de 8 anos.

Na segunda outorga de ações em 01 de maio de 2010, foram consideradas as seguintes premissas no modelo de precificação de opções Black-Scholes: expectativa considerada de dividendos de 0%; volatilidade de 37,44%; taxa de juros livre de risco de 11,20% ao ano; e prazo de vencimento de 7 anos.

Na terceira outorga de ações em 01 de maio de 2011, foram consideradas as seguintes premissas no modelo de precificação de opções Black-Scholes: expectativa considerada de dividendos de 0%; volatilidade de 24,54%; taxa de juros livre de risco de 12,25% ao ano; e prazo de vencimento de 6 anos.

As despesas reconhecidas nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010 são de R\$856 e R\$936, respectivamente, e foram registradas nas rubricas de despesas com remuneração de administradores no montante de R\$743 (R\$812 em 30 de junho de 2010) e despesa com pessoal no montante de R\$113 (R\$124 em 30 de junho de 2010).

Notas Explicativas

26. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada (i)</u>
Econorte	Danos patrimoniais e perda de receita	473.275
Concepa	Garantia de execução da concessão	11.500
Concer	Responsabilidade civil	12.920
Concer	Garantia de execução da concessão	12.921
Concer	Danos materiais e perda de receita	69.169
Concepa	Riscos operacionais	19.311
Portonave	Seguro operador portuário	US\$ 72.000
Concer e Concepa	Frota de veículos	100% da tabela FIPE (ii)

(i) A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices. Não são considerados os percentuais de participação da Triunfo. Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

(ii) Preço médio de reposição, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

27. Remuneração dos administradores

Na Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 29 de abril foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$10.486.

O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

Adicionalmente a Companhia possui um plano de opções de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 25, que prevê a outorga de até 2 milhões de opções de compra de ações da Companhia. Até 30 de junho de 2011 haviam sido outorgadas aos Administradores da Companhia um total de 1.500.000 de opções de compra de ações da Companhia.

Até 30 de junho de 2011 foram reconhecidos no resultado do exercício o montante de R\$4.359 (R\$2.816 em 30 de junho de 2010) na controladora e de R\$7.772 (R\$5.564 em 30 de junho de 2010) no consolidado respectivamente, sendo que, desses montantes, R\$856 (R\$936 em 30 de junho de 2010) correspondem as opções outorgadas decorrentes do plano de opções, conforme descrito na nota explicativa nº 25.

Notas Explicativas**28. Imposto de renda e contribuição social no resultado**

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	30/06/10	30/06/11	30/06/10
Lucro contábil antes dos impostos de operações em continuidade	7.683	5.746	3.745	12.533
Lucro / (prejuízo) antes dos impostos de operação descontinuada	-	-	1.917	(1.011)
Lucro contábil antes dos impostos sobre o lucro	7.683	5.746	5.662	11.522
IRPJ e CSLL à alíquota nominal de 34%	(2.612)	(1.954)	(1.925)	(3.917)
Compensação de créditos tributários	-	-	1.024	-
Exclusões (adições) permanentes	2.612	1.954	(126)	(1.989)
Adições temporárias	-	-	(19.017)	(10.332)
IRPJ e CSLL correntes	-	-	(20.044)	(16.238)
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	17.993	10.332
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	-	-	(2.051)	(5.906)
Alíquota efetiva			36,2%	51,3%

A alíquota nominal dos impostos é de 34,0% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta, no regime do Lucro Presumido. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

A controladora, por não possuir expectativa de resultados tributáveis futuros, não constitui créditos tributários sobre suas diferenças temporárias, conforme critérios definidos pela Instrução CVM nº 371/02.

Notas Explicativas

29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	30/06/10	30/06/11	30/06/10
Receita financeira				
Rendimento de aplicação financeira	498	280	2.273	1.266
Juros recebidos	1.856	2.481	18	120
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	-	-	133	141
Outros juros e descontos obtidos	-	-	1.176	549
Despesa financeira				
Juros e remunerações sobre debêntures	(14.243)	(8.244)	(21.992)	(12.925)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(6.618)	(4.640)	(23.504)	(25.687)
Outros juros, multas e atualizações	(705)	(372)	(5.362)	(2.939)
Impostos sobre operações financeiras	(350)	(458)	(5.468)	(895)
Variação cambial, líquidas	-	-	5.335	(4.233)
Resultado financeiro	(19.562)	(10.953)	(47.391)	(44.603)

30. Instrumentos Financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como conseqüência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor justo	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	221.293	60.689	221.293	60.689
Aplicações financeiras vinculadas	47.802	42.854	47.802	42.854
Contas a receber, líquidas	30.597	27.969	30.597	27.969
Indenizações a receber	-	3.721	-	3.721
Impostos a recuperar	9.279	6.756	9.279	6.756
Depósitos judiciais	996	1.183	996	1.183
Total	309.967	143.172	309.967	143.172
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	388.372	382.053	388.372	382.053
Debêntures e prêmio de não conversão	523.211	246.634	523.211	246.634
Fornecedores	32.872	38.628	32.872	38.628
Salários, provisões e contribuições sociais	13.642	9.183	13.642	9.183
Dividendos	8.019	7.413	8.019	7.413
Impostos a pagar	18.524	18.597	18.524	18.597
Outras obrigações	17.222	30.916	17.222	30.916
Total	1.001.862	733.424	1.001.862	733.424

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

- As parcelas das debêntures tiveram o seu valor contábil ajustado ao valor justo.

b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Durante o primeiro semestre de 2011, a Companhia atualizou as ações emitidas aos debenturistas pelo valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os

Notas Explicativas

próximos 12 meses, cuja média foi de 12,50% para o ano de 2011 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2011, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Triunfo (Controladora e Consolidado)

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Provável (I)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Aplicações financeiras	CDI	12,50%	9,38%	6,25%
Triunfo (controladora)		19.568	14.676	9.784
Concepa		2.803	2.102	1.401
Econorte		1.566	1.175	783
Portonave		2.864	2.148	1.432
Iceport		111	84	56
		26.912	20.185	13.456

R\$215.299 (*)

(*) Saldos em 30 de junho de 2011 aplicados em CDB e Fundos DI

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 30 de junho de 2011, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IGP-M vigentes em 30 de junho de 2011, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2011 e a partir deste calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2011. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 30 de junho de 2011 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Triunfo (Controladora)

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Provável (I)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
CCB – Votorantim	CDI	737	921	1.105
Conta Garantida – Santander	CDI	4.561	5.701	6.842
R\$42.382 (*)		5.298	6.622	7.947
1ª Emissão de Debêntures	IGP-M	3.094	3.868	4.642
2ª Emissão de Debêntures	TJLP	8.419	10.523	12.628
3ª Emissão de Debêntures	IPCA	10.772	13.465	16.158
R\$366.957 (*)		22.285	27.856	33.428
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	12,50%	15,63%	18,75%
Taxa/índice sujeitos às variações	IGP-M	6,01%	7,51%	9,02%
Taxa/índice sujeitos às variações	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Taxa/índice sujeitos às variações	IPCA	6,15%	7,69%	9,23%

(*) Saldos em 30 de junho de 2011

Notas Explicativas**Triunfo (Consolidado)**

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Provável (I)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
CCB – Controladora	CDI	737	921	1.105
Conta Garantida – Controladora	CDI	4.561	5.701	6.842
Capital Giro – Concepa	CDI	13.815	17.268	20.722
CCB – Concepa	IGP-M	1.494	1.868	2.241
BNDES – Concer	TJLP	753	941	1.129
CCB – Concer	CDI	356	445	535
Capital Giro – Concer	CDI	2.296	2.870	3.444
Financiamento GE – Portonave	VC (dólar)	5.880	25.154	44.427
CCB – Econorte	CDI	276	345	414
Finame – Rio Bonito	TJLP	40	50	61
CCB – Maestra	CDI	7.801	9.752	11.702
R\$356.959 (*)		38.009	65.315	92.622
1ª Emissão Debêntures - Controladora	IGP-M	3.094	3.868	4.642
2ª Emissão Debêntures - Controladora	TJLP	8.419	10.523	12.628
3ª Emissão Debêntures - Controladora	IPCA	10.772	13.465	16.158
Debêntures – Econorte	CDI	15.069	18.836	22.603
Debêntures - Concepa	IGP-M	2.146	2.682	3.219
R\$523.211 (*)		39.500	49.374	59.250
Taxa/Índice sujeitos às variações	CDI	12,50%	15,63%	18,75%
Taxa/Índice sujeitos às variações	IGP-M	6,01%	7,51%	9,02%
Taxa/Índice sujeitos às variações	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Taxa/Índice sujeitos às variações	VC (dólar)	1,69	2,11	2,54
Taxa/Índice sujeitos às variações	IPCA	6,15%	7,69%	9,23%

(*) Saldos em 30 de junho de 2011

Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

Mais de 90,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência próximo a zero.

A controlada Portonave encontra-se no segundo ano de operação e possui um baixo histórico de inadimplência de seus clientes, representados por grandes armadores internacionais.

c) Risco de Mercado

i) Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, Variação Cambial e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

ii) Risco de Taxas de Câmbio: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de cambio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

d) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	64.786	57.932	388.372	382.053
Debêntures (Nota 17)	366.957	214.716	523.211	246.634
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(180.789)	(2.952)	(221.293)	(60.689)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	(12.851)	(25.130)	(47.802)	(42.854)
Dívida líquida	238.103	244.566	642.488	525.144
Patrimônio líquido	1.379.441	1.370.819	1.412.171	1.407.515
Total do capital	1.617.544	1.615.385	2.054.659	1.932.659
Índice de alavancagem financeira - %	14,72	15,14	31,27	27,17

Notas Explicativas

31. Informações por segmento

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, conforme apresentados na nota explicativa nº 2.3, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em seis segmentos operacionais principais, sendo eles o de concessões de rodovia, administração de portos, cabotagem, energia, holding e outros.

Nos segmentos operacionais estão os seguintes negócios da Companhia:

- Concessões de rodovia: As controladas Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Triunfo Convale, Rio Paraíba e Ecovale;
- Administração de portos: As controladas TPI-LOG, Starport, Maris Gaudium, Santa Rita, TPB, Portonave, Teconnave e Iceport;
- Cabotagem: As controladas Maestra, NTL e Vessel;
- Energia: As controladas Retirinho, Guariroba, Tucano e Rio Canoas;
- Holding: as operações da Companhia;
- Outros: As controladas Caddis, Guarú, Freijó, Rio Dourado, Lubina e Trevally.

A Companhia possui basicamente atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

Notas Explicativas

	30/06/2011						Eliminações (*)	Consolidado
	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Outros	Holding		
Operações em continuidade								
Receita operacional líquida	232.716	74.649	1.484	-	-	-	-	308.849
Custos dos serviços prestados	(136.148)	(56.293)	(2.363)	-	-	-	-	(194.804)
Lucro bruto	96.568	18.356	(879)	-	-	-	-	114.045
Receitas (Despesas) operacionais	(19.980)	(11.142)	(16.522)	(1.290)	(14)	27.245	(41.206)	(62.909)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	76.588	7.214	(17.401)	(1.290)	(14)	27.245	(41.206)	51.136
Resultado financeiro	(24.055)	3.269	(6.986)	(57)	-	(19.562)	-	(47.391)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	52.533	10.483	(24.387)	(1.347)	(14)	7.683	(41.206)	3.745
Imposto de renda e contribuição social	(9.232)	(1.110)	8.291	-	-	-	-	(2.051)
Lucro líquido das operações em continuidade	43.301	9.373	(16.096)	(1.347)	(14)	7.683	(41.206)	1.694
Operações Descontinuadas								
Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	1.917	1.917
Lucro líquido do exercício antes da participação de acionistas não controladores	43.301	9.373	(16.096)	(1.347)	(14)	7.683	(39.289)	3.611
Participação de acionistas não controladores	-	55	4.586	-	-	-	-	4.641
Lucro líquido do exercício	43.301	9.428	(11.510)	(1.347)	(14)	7.683	(39.289)	8.252
Ativos totais por segmento	1.074.921	1.053.568	106.623	140.168	474	1.890.726	(996.297)	3.270.183
Passivos totais por segmento	568.929	378.165	90.138	2.505	12	511.285	(107.554)	1.443.480

(*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

	30/06/2010						Eliminações (*)	Consolidado
	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Outros	Holding		
Operações em continuidade								
Receita operacional líquida	199.325	53.483	-	-	-	-	-	252.808
Custos dos serviços prestados	(117.205)	(40.582)	-	-	-	-	-	(157.787)
Lucro bruto	82.120	12.901	-	-	-	-	-	95.021
Receitas (Despesas) operacionais	(16.290)	(6.600)	(2.286)	(6)	(9)	16.699	(29.393)	(37.885)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	65.830	6.301	(2.286)	(6)	(9)	16.699	(29.393)	57.136
Resultado financeiro	(21.896)	(10.822)	(932)	-	-	(10.953)	-	(44.603)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	43.934	(4.521)	(3.218)	(6)	(9)	5.746	(29.393)	12.533
Imposto de renda e contribuição social	(1.371)	(4.535)	-	-	-	-	-	(5.906)
Lucro líquido das operações em continuidade	42.563	(9.056)	(3.218)	(6)	(9)	5.746	(29.393)	6.627
Operações Descontinuadas								
Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	(1.011)	(1.011)
Lucro líquido do exercício antes da participação de acionistas não controladores	42.563	(9.056)	(3.218)	(6)	(9)	5.746	(30.404)	5.616
Participação de acionistas não controladores	-	14	834	-	-	-	-	848
Lucro líquido do exercício	42.563	(9.042)	(2.384)	(6)	(9)	5.746	(30.404)	6.464
Ativos totais por segmento	920.191	1.159.755	48.332	3.058	5	1.590.494	(824.127)	2.897.708
Passivos totais por segmento	529.898	418.317	29.533	-	-	221.303	(118.929)	1.080.122

(*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

Notas Explicativas

32. Compromissos das concessões

Os compromissos relacionados a concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

a) Concer (valores não proporcionalizados à participação da Companhia)

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2011	44.015
2012 a 2013	59.315
2014 a 2017	7.154
	110.484

b) Concepa

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2011	24.387
2012 a 2013	61.221
2014 a 2017	504
	86.112

Até 30 de junho de 2011, os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão foram integralmente cumpridos.

A controlada Concepa contratou da Companhia o aluguel de sua sede. O contrato possui vigência de 1 ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustados pelo IGP-M e não há restrições à controlada Concepa ou qualquer obrigação derivada deste contrato.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar, considerando que a controlada Concepa espera renovar seu aluguel até o final do período da concessão, em 30 de junho de 2011 são os seguintes:

Ano	Valor
2011	186
2012 a 2014	1.116
2015 a 2017	1.116
	2.418

Notas Explicativas

c) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o DER/PR, previsto seu término no ano 2021. Conforme o PER, atualizado em 30 de junho de 2011, estão previstos investimentos no montante de R\$424.146.

O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2011	13.852
2012	22.168
2013	26.939
2014	28.523
Após 2014	332.664
	<u>424.146</u>

d) Portonave

A Portonave, ao assinar o Contrato de Adesão com a União para a exploração do Terminal Portuário de Navegantes, fica livre de quaisquer ônus no que tange a uma remuneração por essa concessão, tanto para obtê-la quanto durante a exploração das atividades.

e) Ecovale

A continuidade dos investimentos, bem como as melhorias a serem realizados na rodovia, depende do desfecho da ação judicial que discute a nulidade do Contrato de Concessão conforme apresentada na nota explicativa nº 1 a) i).

f) Rio Canoas

Como pagamento pelo uso do potencial energético objeto do Contrato de Concessão com a ANEEL, a Rio Canoas recolherá à União, a partir da entrada em operação até o 35º ano da concessão, parcelas anuais de R\$587 referente ao Uso do Bem Público ("UBP"). As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do IPCA. Por se entender que o fato gerador da obrigação ocorre apenas quando do início da operação da usina, o mesmo não será registrado até que a primeira turbina comece a operar.

33. Eventos subsequentes

a) Maestra – 1ª Emissão de Debêntures

Em julho de 2011, a controlada Maestra emitiu debêntures não conversíveis, no montante de R\$80.000, atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 2,55% ao ano, para utilização em seu fluxo de caixa operacional.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1. ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.						
Companhia:						Posição em 30 de junho de 2011 (Em Mil Ações)
TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
THP - Triunfo Holding de Participações Ltda.	88.009	60,28	-	-	88.009	60,28
João Villar Garcia	2.000	1,37	-	-	2.000	1,37
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.885	1,29	-	-	1.885	1,29
Miguel Ferreira Aguiar	2.000	1,37	-	-	2.000	1,37
Wilson Piovezan	2.000	1,37	-	-	2.000	1,37
Carlo Alberto Bottarelli	600	0,41	-	-	600	0,41
Antônio J. Monteiro da Fonseca de Queiroz	500	0,34	-	-	500	0,34
Allyrio de Jesus Dipp Filho	210	0,14	-	-	210	0,14
Sandro Antônio de Lima	11	0,01	-	-	11	0,01
Ana Cristina Solheid da Costa de Carvalho	8	0,01	-	-	8	0,01
EP Tidale LLC – BankBoston (Free Float) (i)	4.246	2,91	-	-	4.246	2,91
Eton Park Fund L.P. - BankBoston (Free Float) (i)	2.287	1,57	-	-	2.287	1,57
Cayuga Park QVT LLC – BankBoston (Free Float) (i)	5.652	3,87	-	-	5.652	3,87
UBS AG London Branch (Free Float) (i)	3.085	2,11	-	-	3.085	2,11
Vinci Gas Fundo Inv em Ações	2.912	1,99	-	-	2.912	1,99
Morgan Stanley Uruguay	2.726	1,87	-	-	2.726	1,87
Norges Bank	2.656	1,82	-	-	2.656	1,82
Squadra M Long	4.238	2,90	-	-	4.238	2,90
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros	20.975	14,37	-	-	20.975	14,37
Total	146.000	100,0	-	-	146.000	100,0

(i) Companhia domiciliada no exterior.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação:					Posição em 30 de junho de 2011 (Em Mil Ações ou Cotas)	
THP - TRIUNFO HOLDING DE PARTICIPAÇÕES LTDA.						
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
João Villar Garcia	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Miguel Ferreira Aguiar	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Wilson Piovezan	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Antônio J. Monteiro da Fonseca de Queiroz	14.322	10,0	-	-	14.322	10,0
Total	143.218	100	-	-	143.218	100

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**2. POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 30 de junho de 2011						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	96.393.395	66,02	-	-	96.393.395	66,02
Administradores						
Conselho de Administração	209.901	0,14	-	-	209.901	0,14
Diretoria	618.766	0,43	-	-	618.766	0,43
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Ações em circulação	48.777.938	33,41	-	-	48.777.938	33,41
Total	146.000.000	100	-	-	146.000.000	100

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 30 de junho de 2010						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	96.873.495	66,40	-	-	96.873.495	66,40
Administradores						
Conselho de Administração	199.501	0,14	-	-	199.501	0,14
Diretoria	618.766	0,43	-	-	618.766	0,43
Conselho Fiscal (*)	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Ações em circulação	48.308.238	33,03	-	-	48.308.238	33,03
Total	146.000.000	100	-	-	146.000.000	100

(*) Até 31 de março de 2010 não havia sido instalado Conselho Fiscal.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

3. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado, perante Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Administradores e Acionistas da
TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e as das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de agosto de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luciano Neris
Contador CRC-1PA007729/O-8-S-SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras com o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Ernst&Young Terco Auditores Independentes S.S. sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 11 de agosto de 2011 e com as informações contábeis intermediárias relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2011.

São Paulo, 11 de agosto de 2011.

Carlo Alberto Bottarelli
Diretor Presidente

Ana Cristina Carvalho
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras com o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Ernst&Young Terco Auditores Independentes S.S. sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 11 de agosto de 2011 e com as informações contábeis intermediárias relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2011.

São Paulo, 11 de agosto de 2011.

Carlo Alberto Bottarelli
Diretor Presidente

Ana Cristina Carvalho
Diretor de Relações com Investidores